



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 102/103

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 102

93ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Ofícios..... 04

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 10

Homenagem ao Cônsul da Argentina

Proponente:

Dep. Alexandre Curi 12

Realização da Homenagem..... 12

Homenageado:

Cônsul Emílio Neffa 12

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 14

Antonio Belinati..... 15

Dep. Plauto Miró..... 17

Dep. Durval Amaral..... 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 18

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 19

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana..... 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

Redação Final..... 22

3ª Discussão22

2ª Discussão22

1ª Discussão23

Discussão Única (Proposições)..26

Requerimentos28

Encerramento da Sessão28

DIÁRIO Nº 103

10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....29

Presenças.....29

Abertura da Sessão29

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

1ª Discussão31

Encerramento da Sessão32

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....32

Diretoria Geral

Portarias34

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 102

93ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Ofícios	04
Indicações	04
Requerimentos	05
Projetos de Lei.....	10
Homenagem ao Cônsul da Argentina	
Proponente:	
Dep. Alexandre Curi.....	12
Realização da Homenagem	12
Homenageado:	
Cônsul Emílio Neffa.....	12
Pequeno Expediente:	
Dep. Douglas Fabrício.....	14
Antonio Belinati	15
Dep. Plauto Miró	17

Dep. Durval Amaral	18
Horário das Lideranças:	
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	16
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício.....	18
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Pastor Edson Praczyk	19
Liderança do PMDB	
Dep. Caíto Quintana.....	20
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	21
Discussão/Votação	
Redação Final.....	22
3ª Discussão	22
2ª Discussão	22
1ª Discussão	23
Discussão Única (Proposições) .	26
Requerimentos.....	28
Encerramento da Sessão	28

DIÁRIO Nº 102

93ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alys-son Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Elton Welter, Geraldo Cartário, Luiz Fernandes Litro, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Reni Pereira (07).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Péricles de Mello (02).

E em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 309/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 039/08, 060/08, 147/08, 157/08, 261/08, 262/08, 267/08, 269/08, 272/08, 276/08, 284/08, 292/08, 293/08, 294/08 e 299/08. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 310/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nº 165/08. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 26/08/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente instrumento, ao mesmo tempo em que o cumprimento, venho informar V. Exa. da visita de uma comitiva de Deputados da Província de Saitama no Japão, no próximo dia 02 de setembro do corrente ano, terça-feira próxima, os quais virão a comemoração do aniversário de 50 anos do saitamakenjikai em São Paulo, os quais vão estender a sua viagem até Curitiba para estabelecer contatos políticos nisseis e brasileiros.

A comitiva virá chefiada pelo Deputado Mankichi Takenami e Deputado Mashahide Moroi, e terá como objetivo principal a luta pela educação, com a legalização das escolas brasileiras no Japão.

Desta forma solicitamos a devida autorização dessa Presidência para as seguintes reivindicações:

- Recepção à delegação na sala da presidência, as 14h15;
- Recepção no salão nobre das 14h30 às 15h00;

- Recepção no plenário (com Sessão interrompida) às 15h00 (por 10 minutos);

- Liberação de 16 pinhões para serem entregues como lembrança do Paraná;

- Autorização para confecção na gráfica de 200 convites na gráfica da ALEP;

- Liberação da aparelhagem de som para a recepção no salão nobre;

- Participação efetiva do Cerimonial nessas atividades.

Mais uma vez, confiando na sua especial atenção, aproveito para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) LUIZ NISHIMORI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 198/08

SÚMULA:

Propõe a implantação de Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e aos Secretários da Saúde e do Desenvolvimento Urbano:

O Deputado Luiz Accorsi no uso de suas atribuições regimentais, após receber apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e aos Secretários de Estado da Saúde e do Desenvolvimento Urbano, a implantação do Programa Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Cumprе parabenizar o Governo do Estado pela instituição dessa política de saúde direcionada exclusivamente à mulher e à criança, na busca da diminuição dos índices de mortalidade materno-infantil.

O município de Santa Isabel do Ivaí abriga uma população de aproximadamente 10 mil habitantes, dos quais praticamente 60% se constitui de mulheres e crianças. Toda essa gente é atendida por um único hospital e uma unidade sanitária, insuficientes para a prestação da devida assistência para esses clientes.

Daí, a nossa sugestão ao Governo do Estado, para que, através das Secretarias da Saúde e do Desenvolvimento Urbano proceda a instalação de uma unidade do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança, na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

INDICAÇÃO Nº 199/08

SÚMULA:

Sugere a ampliação do Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar:

I - a ampliação do Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação, da presente indicação, objetiva atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica a ampliação do hospital. Vale salientar que o projeto da ampliação já foi aprovado pelos órgãos competentes do Governo do Estado

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2265

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco das Proposições de Veto nºs 022/07 e 051/07, itens 08 e 09 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa aos 25 anos de fundação da Pastoral da Criança, na data de 04/09/08, às 15h, no Plenário.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

Estaremos realizando a Sessão Solene Comemorativa aos 25 anos de fundação da Pastoral da Criança, prestando uma justa homenagem às voluntárias, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido no atendimento das crianças e suas famílias em diversas comunidades.

REQUERIMENTO Nº 2250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, autorização desta Casa, para licenciar-se da Assembléia Legisla-

tiva, de 08 de setembro a 03 de outubro, a fim de tratar de assuntos de interesse particular em Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) ENIO VERRI

REQUERIMENTO Nº 2228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Artur Mainardes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Mayara Kerolyn Gonçalves Correia, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nanci Branco, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Enedina Bahlz Weigert, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2233

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Justina Zaramela, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2234

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Arminda Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otto Barros, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wladislav Trebski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Sebastiana de Jesus, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marlene Batista da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra.

Irani Gerina Messias Bitencourt, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2240

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Pinto Guimarães, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guinelio Dias Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emerson Cesar de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Viviane Durski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2248

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão votos de profundo pesar à família de Walter Karzuo Kato, pelo falecimento de sua filha Daniella Thiemi Kato em 24/08/08, em decorrência de trágico acidente automobilístico.

Esta Casa reverencia a memória de Daniella Thiemi Kato, dentista brilhante a qual, apesar de estar ainda no início de sua carreira, deixou um legado exemplar de profissionalismo e dedicação que honra a memória da família Kato. O Deputado Teruo Kato e esta Casa de

Leis, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família Kato na pessoa do patriarca Walter Karzuo Kato.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, da Dra. Daniella Kato, sobrinha do Deputado Teruo Kato.

Requer outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 2252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 17 de agosto, do Sr. Paulo Sergio Klingelfus, deixando esposa e enteados, mãe Dionia Malucelli Klingelfus, irmãos José Ricardo Klingelfus e Maria do Rocio Klingelfus, servidora da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Requer outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 2264

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no último dia 22 de agosto do Padre Nilson Brasileiro José.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, bem como as Paróquias de São Gabriel do município de Fazenda Rio Grande onde o Padre trabalhou por sete anos e a atual paróquia Nossa Senhora da Conceição no município de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(aa) ALYSSON WANDSCHEER, GERALDO CARTÁRIO, ANTONIO ANIBELLI E FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique gravado para a posteridade, nas anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, votos de congratulações e aplausos ao jornal Gazeta do Povo, pelas grandes festividades que estão sendo realizadas pela passagem no próximo dia 03/02/09, 90 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, DD. Diretor Presidente da Gazeta do Povo, para que receba e transmita a todos os Diretores, jornalistas, e auxiliares sinceros votos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. Eis porque nosso coração se enche de júbilo, ao iniciar-nos a redação deste requerimento para homenagear a Gazeta do Povo, ao ensejo das festividades para as comemorações de 90 anos da sua fundação.

Bem haja aqueles que não pouparam esforços para proporcionarem aos leitores desse importante jornal que é a Gazeta do Povo. O homem moderno não dispensa no início dia os conhecimentos que esse grande jornal ministra e, não é somente os prazeres da leitura, com educação, histórias, cultura e arte que ele proporciona. É na Gazeta do Povo, que o leitor recebe os primeiros instrumentos que a história o habilitarão a lutar pela existência e pelo futuro.

Cultivar uma empresa jornalística é trabalhar pela grandeza e pela glória do Paraná e do Brasil, Cultivando a literatura é fugir as condições terrenas, para se alcandorar nas regiões do espírito. E qual é o meio mais propício de fazer com que o povo comungue desse desejo, que é o inato do homem, de cultivar e de libertar a inteligência das coisas materiais, senão uma grande empresa jornalística como a Gazeta do Povo?

Uma organização como a Gazeta do Povo, é pois uma empresa de tal valia que, em cada rincão por mais afastado que se encontre, existe sempre um exemplar do nosso grande jornal.

Estais, pois de parabéns, amigo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, vós e todos os colaboradores que trabalham diuturnamente para o progresso do jornal. Estais certos de que a sociedade e a pátria vos serão sumamente reconhecidos e agradecidos.

Em data de 03 de fevereiro próximo, a Gazeta do Povo completará 90 anos de sua fundação. Sentimos orgulho, neste momento, de prestar a notável empresa jornalística o nosso tributo de admiração e respeito.

Tantos benefícios tem a empresa Gazeta do Povo prestando a nossa terra paranaense, que não é de admirar

o movimento popular, em prol das festividades de tão importante empresa.

É sem dúvida, a Gazeta do Povo o símbolo que mais de perto fala ao coração de todo aquele que sente a chama do patriotismo abraçar-lhe a alma. No jornal, com efeito, estão somados, a história e os altos feitos da pátria. Lembrá-los é reviver o passado. Não só de pão material vive o homem, mas por igual do pão e do espírito.

Dando a largada para as comemorações dos 90 anos, de sua fundação, estão sendo lembradas toda a história do maior jornal paranaense. Em 03/02/19, Benjamin Lima e Oscar Joseph Plácido e Silva, fundaram a Gazeta do Povo. Na época, Curitiba tinha 40 mil habitantes. Em 1923 - o jornal se instalou na rua XV de Novembro. Havia uma pedra de mármore na parede externa fixadas as mais recentes informações a qualquer hora do dia.

Em 1962 a Gazeta do Povo passa as mãos do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, atuais proprietários. Foram anos de trabalho para a construção do novo parque gráfico, redação e outros setores.

Em 1973 o jornal instalou os primeiros computadores para fotocomposição e, em agosto, estampou na primeira página uma foto colorida. É comprada a TV Paranaense.

Em 2000 é criada a Rede Paranaense de Comunicação, a RPC. Hoje a empresa conta com mais de mil e oitocentos colaboradores, dois jornais, (incluindo jornal de Londrina), oito emissoras de televisão, duas rádios, um portal de internet e o Instituto RPC.

Fundar um jornal é instalar um farol. Com efeito, qual é o destino de um jornal? Alertar sobre um perigo o navio que singra os mares, ou nortear-lhe a rota a seguir. Assim o jornal, mostra ao povo os perigos que ameaçam ao mesmo tempo que o aconselha na orientação a seguir.

Grande é, pois, a responsabilidade que um jornal assume perante o público. Alavanca da opinião deve o jornal cercar-se de cuidados, para que a opinião pessoal de seus redatores não venha influir de um modo maléfico sobre o leitor.

O jornal é sem dúvida, nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou. Nem mesmo o rádio ou a televisão lhe levam vantagem. A comunicação com o público tem seus méritos e características próprias, o jornal leva vantagem em profundidade. O jornal tem com seu público, deveres que o inibem de descambar para o sensacionalismo. Órgão essencialmente informativo, a ele cabe pôr seus leitores a par dos acontecimentos sem os depurar ou alterar.

Não é sem razão que a imprensa é considerada o quarto poder. Sentinela vigilante, a ela compete fiscalizar os atos daqueles que mantêm uma parcela do poder público. Não somente fiscalizar, mas alertar os governantes para os perigos que significam tais ou quais atos de seus prepostos.

Que a Gazeta do Povo, continue a se inspirar nos exemplos de seus 90 anos, são os desejos que fazemos.

REQUERIMENTO Nº 2249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, sejam inseridos na ata dos trabalhos da Sessão de hoje votos de reconhecimento público e de congratulações à Irmandade da Santa Casa de Londrina.

Fundada no dia 01/03/36, conta com cerca de 1.600 funcionários, incluindo médicos e enfermeiros que dedicam grande parte de suas vidas no socorro aos enfermos. Uma medicina de 1º mundo faz da instituição uma das mais respeitadas do Paraná. Enfermos e parentes são confortados pela fé das irmãs e religiosos, registrando-se como ponto alto o carinho também dos médicos, enfermeiros e funcionários administrativos. É louvável sob todos os aspectos a maravilhosa obra de socorro clínico e espiritual que muitos e muitos milhares de pacientes e familiares já receberam ao longo dos 72 anos das atividades da Santa Casa de Londrina. Poucos hospitais de nosso país acolhem com respeito, amor, dignidade e fé pacientes e familiares como nessa instituição, que tem como provedor José Cyrillo da Silveira Mendes; chefia - diretoria clínica, Dr. Weber de Arruda Leite; a superiora irmã M. Efigênia Zago e Diretor-Superintendente, Dr. Fahd Haddad.

Requeiro que a justa e oportuna homenagem deste Poder Legislativo seja comunicada à Santa Casa de Londrina, com votos de que Nosso Deus, Nosso Pai Celestial, continue derramando chuvas de bênçãos na vida pessoal e familiar de cada pessoa que faz parte do sucesso desse abençoado trabalho dedicado à vida dos cidadãos.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de votos de louvor à árbitra guarapuavana Leonor Demário, pelas ótimas atuações na Olimpíada de Pequim.

Vale destacar que Leonor Demário, desde o ano de 2006, foi promovida a árbitra internacional "Blue Badge", o que a credenciou a representar o Brasil nos Jogos Olímpicos de Pequim. A paranaense é também a única árbitra brasileira mulher na competição, o que enaltece ainda mais o nosso estado.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à árbitra Leonor Demário

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e

congratulações, a ABAV/PR - Associação Brasileira das Agências de Viagens do Paraná.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a ABAV/PR - Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná, que apresenta ao Brasil e ao mundo, nossas belezas e nossa hospitalidade, divulgando o estado como uma excelente alternativa de lazer e negócios, gerando empregos e riqueza ao nosso povo. Sua importância é medida pela referência que se tornou o Paraná para outros estados e países, no tocante ao turismo e tudo que dele depende ou a este fomenta.

REQUERIMENTO Nº 2256

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná na pessoa de seu Presidente Ermenson Luiz Jorge que com ações junto a comunidade tem desenvolvido intervenções centradas na promoção da saúde bucal, principalmente na detecção precoce do câncer de boca e, em parceria com os municípios paranaenses, levando a população a cultura da higienização e prevenção de problemas bucais.

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Rosy de Sá Cardoso.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Rosy de Sá Cardoso que completa este ano, 60 (sessenta) anos de jornalismo, sendo a primeira mulher com registro na imprensa paranaense. Quebrou tabus da sua época, tornando-se uma pioneira no jornalismo paranaense, marcou sua vida também pela voz, cantando em rádios, clubes e hotéis.

No jornalismo, marcou sua carreira pelos órgãos que passou, destacando-se entre eles os jornais O Dia, O Estado do Paraná, Diário do Paraná e Gazeta do Povo.

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, pelos 90 anos do jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao jornal Gazeta do Povo, que comemora (90) noventa anos de existência neste mês de agosto, como um periódico de grande circulação e credibilidade, levando a população paranaense informação em seu mais amplo sentido, sempre com seriedade, e competência. Ao longo de sua história a Gazeta do Povo esteve forte na defesa das causas paranaenses, levantando bandeiras de suma importância para que nosso estado tenha seus direitos reconhecidos. Com independência e isenção, a Gazeta fortaleceu sua imagem e conquistou o respeito e admiração dos paranaenses.

Levando ao conhecimento sobre política, economia, cultura, educação, esportes e diversão ao nosso povo, o prestígio da Gazeta do Povo ultrapassa nossas fronteiras, demonstrando inovações na forma de se fazer jornal com uma equipe de primeira magnitude, sempre buscando profissionais gabaritados e, dando espaço aos novos também. Faz da sua imagem, a imagem do Paraná e do seu povo, moderno, de opinião e respeitador, assim como são seus leitores. A famosa Gazeta completa seus 90 anos em plena forma, como um jovem descobrindo a vida dia-a-dia, desvendando os caminhos da humanidade, olhando para o futuro sem esquecer do passado.

REQUERIMENTO Nº 2262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, ao Exmo. Secretário de Segurança Pública Sr. Luiz Fernando Delazari, ao Exmo. Cel. Comandante Geral da Polícia Militar Anselmo José de Oliveira solicitando o abaixo descrito:

Visando a ampliação do atendimento policial comunitário em parceria com a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, como medida antecipativa, se faz extremamente necessário para a manutenção da ordem pública, a ampliação do efetivo do projeto povo - comunitário na cidade de Fazenda Rio Grande, com apoio logístico de 7 novas viaturas, as quais seriam conduzidas e aplicadas conforme geoprocessamento existente na Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) ALYSSON WANDSCHEER

JUSTIFICATIVA:

Visando ser projeto de Governo e medida necessária para a malha protetiva social em Fazenda Rio Grande, razão da população ter crescido para mais de 100 mil habitantes, de acordo com IBGE e IPARDES este é o município que mais cresce na região metropolitana de Curitiba, existe a necessidade de uma presença da Polícia de maneira científica e metodológica.

A ampliação do efetivo e a destinação das viaturas com o apoio logístico fará frente a demanda ora reprimida de proteção e Segurança Pública.

Sabendo que Segurança Pública é dever do estado e responsabilidade de todos, a gestão pública municipal de Fazenda Rio Grande parceira com os Governos Estadual e Federal, nestes últimos anos tem se esforçado para gerar segurança com ações de investimento em infraestrutura, como ampliação da rede de iluminação pública, asfalto esgoto, saúde, educação, emprego e renda, agora há necessidade de uma presença maior deste projeto consolidado e testado com alta aprovação e benefícios para o povo do Paraná.

REQUERIMENTOS Nº 2254

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Eduardo Requião, Superintendente dos Portos de Antonina e Paranaguá, relativamente aos autos da Execução Fiscal nº 2008.70.08.000943-9 / Juízo Federal da VF e JEF Paranaguá/PR, que teve origem no Auto de Infração nº 10907.001748/2004-10, e do qual foi expedida a Certidão de Dívida Ativa nº 906080028930, informar:

- Quais os motivos que determinaram a lavratura do auto de infração? Juntar a respectiva cópia e também da correspondente certidão de dívida ativa.

- Relativamente ao Despacho exarado pelo Juízo Federal competente, determinando o pagamento do valor de R\$ 1.601.888,40, ou o oferecimento de bens à penhora, como procederá a APPA? Efetuará o pagamento ou oferecerá bens à penhora para discutir o débito em juízo? Qual o valor do débito atualizado para pagamento? Em caso de penhora, quais os bens que serão oferecidos?

- Quanto à recentemente anunciada multa de R\$ 170.000,00, imposta conforme Resolução nº 1077 de 02/07/08 - ANTAQ, em razão do não cumprimento das determinações estabelecidas na Resolução nº 1047 de 29/05/08 da referida Agência Reguladora, foi a mesma, também inscrita em dívida ativa, sob qual número? Qual será o procedimento adotado pela APPA a respeito, pagamento ou oferecimento de bens à penhora para o fim de discutir em juízo a imposição da penalidade? Qual o valor do débito atualizado para pagamento? Existe um débito principal ao qual a penalidade em questão está vinculada?

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DUÍLIO GENARI, PLAUTO MIRÓ, RIBAS CARLI FILHO, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI e DOUGLAS FABRÍCIO.

Projetos de lei

PROJETO DE LEI Nº 363/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Nelson Setembrino Gatto, o trecho da Rodovia PR-182, que compreende o final da avenida Parigot de Souza no trevo da PRT 467, até o trevo de acesso à PR-317, no município de Toledo/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Nelson Setembrino Gatto, falecido em 03/09/87, em vida um grande incentivador e participante ativo do desenvolvimento de Toledo, residente por longos anos no jardim Porto Alegre, onde mantinha indústria de refrigerantes e comércio de bebidas, em plena atividade até os dias de hoje pela administração de familiares, instalada nas proximidades do trecho da rodovia, objeto do presente projeto de lei. Uma justa e merecida homenagem que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, presta a Nelson Setembrino Gatto, um homem de grande valor, pessoa destacada, respeitada e admirada no município. Esforçado, corajoso, de muita fé religiosa, exemplar chefe de família, brava gente e bastante elogiado pelo modo de ser, sentir e agir como cidadão preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

PROJETO DE LEI Nº 364/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família de Pranchita, com sede no município de Pranchita, comarca de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família de Pranchita, entidade civil sem fins lucrativos, tem por finalidade precípua a promoção social da família, assistindo em particular a maternidade, a infância, a adolescência e a terceira idade, mediante programas e ações voltados às áreas social, de Saúde, da Educação, visando

o desenvolvimento econômico e social, o combate à pobreza e a formação profissional.

Como se comprova pela documentação anexa, a entidade obedece a todos os requisitos legalmente previstos para ser declarada de utilidade pública, o que permitirá à mesma requerer recursos oriundos do Poder Público, facilitando a execução de seus objetivos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 365/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os tabelionatos de protestos de título e de outros documentos de dívida ficam obrigados a recepcionar para protesto comum ou falimentar, o crédito decorrente de aluguel, decorrente de condomínio, decorrente das quotas de rateio de despesas e da aplicação de multas, na forma da lei ou convenção de condomínio, devidos pelos condôminos ou possuidor da unidade.

Parágrafo Único. O protesto poderá ser tirado, além do devedor principal, contra qualquer dos co-devedores, constantes do documento, inclusive fiadores, desde que solicitado pelo apresentante.

Art. 2º Os contratos de locação e demais documentos demonstrativos da dívida, poderão ser apresentados por meio de cópia autenticada, não estando indicado no título ou no documento de dívida o valor exato do crédito, ou quando esse se referir à parcela vencida, o apresentante, sob sua inteira responsabilidade, deverá juntar demonstrativo de seu valor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/08/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa complementar e regulamentar a Lei Federal nº 9492/97, que dispôs a serem protestáveis ou títulos de créditos e outros documentos de dívida. A presente proposição tem por finalidade aperfeiçoar este dispositivo com o fito de ficarem incluídos no rol dos créditos decorrentes de aluguel e despesas condominiais.

Argumenta a Deputada Estadual da Assembléia Legislativa de São Paulo, Maria Lúcia Amary, que: “A inclusão do contrato de locação como documento protestável tem a finalidade de proporcionar o desfogamento do Poder Judiciário. A ação de despejo, cuja finalidade seria a obtenção da desocupação do imóvel, tem sido utilizada como um meio de cobrança visto ser um de seus objetos a obtenção da purgação de mora por parte do locatário. Criando-se a possibilidade de protesto do con-

trato de locação, abre-se a oportunidade de o locatário efetuar o pagamento perante o tabelião ao invés de purgação de mora no âmbito judicial, o que tornaria mais célere o processo e com redução do ônus do locatário, que não teria que pagar mais os honorários advocatícios.

A redução das multas para 2% (dois por cento) das contribuições condominiais em atraso, introduzida pelo artigo 1336, parágrafo 1º, do novo Código Civil, é um grande incentivo ao inadimplemento. Tal fato certamente trará um grande transtorno à administração, que terá que repassar os custos dos inadimplentes aos condôminos que pagaram em dia criando-se, uma situação manifestamente injusta. O benefício instituído pelo novo Código Civil deve ser contrabalançado com a maior responsabilização dos condôminos. Aquele que pretende prejudicar os demais condôminos se prevalecendo de uma multa módica ficaria sujeito a ter seu nome protestado.”

Portanto, passarão os cartórios a aceitar o protesto, sendo desnecessário que empresas administradoras de condomínio negociem a dívida, ou mesmo que precise ir à Justiça para cobrar a dívida os inadimplentes. Atualmente são os outros condôminos que arcam com o rateio da mensalidade que não foi paga. O objetivo da lei é reduzir o número de condôminos inadimplentes e evitar que os outros tenham de pagar um valor maior pelo condomínio.

Devemos lembrar que, também, que um processo de cobrança, mesmo que tramitando no tribunal especial, leva no mínimo, um ano e meio para terminar, já se for impetrada ação de despejo não se pode precisar o tempo mínimo. Com a nova lei, o caso poderá ser revolido em alguns dias. Após a dívida ser protestada em cartório, quem continuar inadimplente ficará com o nome sujo nos cadastros de proteção ao crédito até regularizar a situação.

São estas as razões, que nos levaram a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, na expectativa de que seja discutido e ao final aprovado na devida forma regimental.

Homenagem ao Cônsul da Argentina:

Esta Presidência, com muita honra, recebe nesta tarde e, excepcionalmente, antes de iniciarmos o Expediente nesta Sessão Ordinária, procederemos a uma homenagem muito especial, proposta pelo 1º Secretário da Casa, Deputado Alexandre Curi, que, em bom momento, homenageia o Cônsul da Argentina em Curitiba, Sr. Emílio Julio Neffa, ao tempo em que cumprimento a todos os professores aqui presentes, com uma saudação especial ao Cônsul Honorário da República da Romênia, Sr. Orçival Henning; Cônsul Geral do Japão em Curitiba, Sr. Sodri Sato; Cônsul Geral do Uruguai, Sr. Bruno Faraone; Cônsul da República Argentina, Dr. Gustavo de Lacqua; nosso companheiro Santiago Martin Gallo, Secretário do CONESUL, e todas as Sras. e Srs. Deputados aqui presentes.

Proponente

Passo neste instante a palavra ao 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, para que faça uso da palavra.

Deputado Alexandre Curi

O SR. ALEXANDRE CURÍ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Cônsul Emílio Neffa, senhoras e senhores:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se reúne hoje, na abertura dos trabalhos regulares, para prestar homenagem ao Cônsul Emílio Julio Neffa, representante diplomático da República Argentina no Paraná - agraciado com a Menção Honrosa aprovada em decisão unânime pelo conjunto dos membros desta Casa - pela sua relevante atuação na aproximação do povo platino com nossa gente.

Neffa, um brilhante membro do corpo diplomático argentino, graduado e professor de Economia que se especializou no comércio exterior para galgar uma vitoriosa carreira a serviço de seu país natal, passou por postos de crescente importância e já conta com três comissões em território brasileiro.

Primeiro, serviu como Cônsul em Uruguiana, no Rio Grande do Sul; depois, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e, agora, desde 2006, é titular do Consulado Argentino em Curitiba. Sempre com destacada atuação, empenhando-se em contatos e relacionamentos junto à comunidade assistida - que ao lado de lhe propiciarem uma visão atual das oportunidades de comércio - contribuem para a integração sócio-cultural entre os dois povos irmãos da América do Sul.

Foi nesse sentido que, logo após se instalar no Paraná, o Cônsul Emílio Neffa estimulou compatriotas seus como o platino-brasileiro Dr. Santiago Gallo, a organizarem uma Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Brasil-Argentina do Estado do Paraná.

Objetivando estimular a união do empresariado de raiz argentina instalado em terras paranaenses, além de firmar o espírito de associação entre os operadores do intercâmbio comercial entre ambos os países e no âmbito do MERCOSUL, a Câmara tem promovido contatos produtivos e participado de feiras e eventos que fizeram deslanchar o comércio mútuo, elevando a corrente de exportações e importações Argentina/Paraná em mais de 40%, no ano de 2007, para o significativo montante de US\$ 234 milhões.

Se examinarmos esse quadro de negócios, descobriremos que além de bens e produtos acabados, há expressivo crescimento no comércio de partes e componentes - tais como caixas de marcha para veículos, acessórios para carrocerias, motores veiculares e outros itens - que evidenciam a promissora e desejada integração das bases produtivas da indústria continental.

De fato, esse é o escopo do processo de integração comercial nucleado no MERCOSUL. Ele visa, sobre-

tudo, ativar o viés complementar entre as principais economias da região para uma competição conjunta no campo internacional, vencendo o desafio da globalização que, para o bem ou para o mal, se tornou a realidade no século 21.

Porém, além destes feitos na economia, o Cônsul Emílio Neffa tem incentivado manifestações artísticas, culturais e turísticas que impulsionam a aproximação entre brasileiros do Paraná e argentinos.

O estado do Paraná, dotado de extensas fronteiras com os países irmãos e sob as políticas públicas do Governo Roberto Requião, tem se voltado para a integração com os vizinhos do continente. Esse objetivo muito se beneficiou com as ações do Cônsul Emílio Neffa, de assistência nos relacionamentos e apoio no comércio.

(Voltando-se para o homenageado)

Tudo o que justifica, plenamente, a homenagem que lhe prestamos hoje - Sr. Cônsul Emílio Júlio Neffa - com a outorga da Menção Honrosa em nome do povo paranaense.

Muito obrigado!

Realização da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Dr. Batista que, por gentileza, proceda à leitura dos termos da menção honrosa a ser concedida ao nosso ilustre homenageado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Dr. Batista**)
(Lê termos da menção honrosa)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Convido, neste instante, a Deputada Cida Borghetti e o Deputado Alexandre Curi para que procedam à entrega da homenagem ao nosso Cônsul Emílio Neffa.

(Procede-se à entrega da homenagem ao Cônsul)

Homenageado

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Tenho a honra de conceder, neste momento, a palavra ao Sr. Emílio Neffa, Cônsul da Argentina em Curitiba.

Cônsul Emílio Neffa

O SR. EMÍLIO NEFFA

(Lê):

“Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus; Exmo. Sr. Deputado Alexandre Curi, autor da generosa proposição desta homenagem; Exmos. Srs. membros da Mesa; Exmos. Srs. Deputados, Srs. Consules, caros amigos,

brasileiros, argentinos e de outras nacionalidades aqui presentes.

Quando aqui cheguei, há cerca de dois anos e meio, procedente de Belo Horizonte, Minas Gerais, onde fui titular do Consulado da Argentina por mais de cinco anos, tratei de fazer uma avaliação das relações comerciais entre o estado do Paraná e a república Argentina. Observei que as cifras do comércio bilateral, da ordem de US\$ 1 bilhão e 130 milhões, mereciam ser incrementadas, levando-se em conta as excelentes possibilidades que existiam.

Hoje podemos falar, com satisfação, não do dever cumprido - pois muito ainda resta a ser feito - mas da triplicação das cifras. As projeções para o ano de 2008 indicam que serão superiores a US\$ 3 bilhões e 300 milhões.

Para que isso fosse possível, conjugaram-se vários fatores:

- 1) aprofundamento do conhecimento acerca da oferta de produtos exportáveis e das demandas de ambos os lados;

- 2) aproximação de importadores e exportadores;

- 3) aumento do grau de confiança comercial entre os principais sócios do MERCOSUL;

- 4) empreendimentos conjuntos com as empresas argentinas radicadas no estado do Paraná;

- 5) presença cada vez mais freqüente de missões comerciais argentinas, tanto as de Câmaras quanto as provinciais e governamentais;

- 6) promoção de visitas de empresários brasileiros ao nosso país, integrando missões comerciais inversas - compradores convidados;

- 7) viagens periódicas aos municípios, para conhecer suas ofertas e demandas e participar de seminários, feiras e eventos;

- 8) desenvolvimento de ações coordenadas com o CODESUL PARANÁ;

- 9) visitas ao nosso país de empresários paranaenses, encabeçadas pelo Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Paraná, Virgílio Moreira Filho.

Para que tudo isso se tornasse possível, é imprescindível registrar o apoio constante a nossas atividades, tanto por parte dos dirigentes das diversas instituições envolvidas, quanto por parte dos representantes do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Seria ainda injusto se não reconhecessemos publicamente a acolhida que nos foi dada pelo Sr. Governador, Dr. Roberto Requião, que, à nossa chegada, nos convidou a um almoço no Palácio Iguçu, e, frente às demais autoridades presentes, expressou seus votos de uma gestão exitosa, na direção do Consulado, confirmando seu apreço pela relação do estado do Paraná com a república Argentina, pronunciamento largamente ratificado pelas suas atitudes, desde o primeiro momento de nossa estadia em Curitiba. Não é freqüente que a autoridade máxima de um estado receba com tal ênfase a um Cônsul.

Ao Sr. Prefeito de Curitiba, Dr. Beto Richa, e ao Secretário de Relações Internacionais e Cerimonial da

Prefeitura de Curitiba, arquiteto Eduardo Guimarães, vão também nossos agradecimentos. Minha gratidão ao Secretário de Indústria e Comércio do Paraná, Virgílio Moreira Filho, com quem compartilhamos inúmeras atividades.

Não posso esquecer, por sua atuação, do ponto de vista comercial, e por que não dizer, do ponto de vista humano, do primeiro dirigente que conheci, o Presidente da Federação do Comércio, Sr. Darci Piana, que, além de presentear-me com uma camiseta do Paraná Futebol Clube, me deu todo o seu apoio e colaboração, estabelecendo uma bem sucedida parceria com o Consulado da Argentina. Darci Piana prestigiou-me com sua amizade, que, sem dúvida alguma, me acompanhará. Na última quinta-feira, na sede da Federação de Comércio do Paraná, aconteceu o Seminário Sobre os Aspectos Técnicos do Convênio de Pagamento em Moeda Local nas Operações de Comércio Exterior entre Argentina e Brasil, nossa última atividade conjunta. Para Julio Maito, ex-Presidente do Conselho de Representantes Comerciais do Paraná e atual Presidente da Junta Comercial do Paraná, nosso reconhecimento especial.

Para o Cônsul da República Oriental do Uruguai, Dr. Bruno Faraone, em nome de quem agradeço a todo o corpo consular.

Somos otimistas quanto ao fato de que incrementaremos ainda mais nossas relações, no futuro, principalmente quando vemos a recente criação da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Brasil-Argentina do Estado do Paraná, que, não duvidamos, executará um papel de grande importância. Meus cumprimentos aos seus dirigentes. Contem com o nosso apoio.

Não pretendo estender-me muito, mas, sim, dizer-lhes que, com 33 anos na representação diplomática da nação Argentina, dedicados particularmente à parte comercial, estou convencido de que o MERCOSUL é a ferramenta fundamental para a integração da América do Sul, e de que devemos potencializá-lo, buscando os interesses comuns, motivo pelo qual reiteramos nosso compromisso.

Brasil e Argentina, aprofundando os laços comerciais, industriais e culturais, se fortalecem mutuamente, na busca dos caminhos da integração de esforços, visando ao melhor atendimento da justa demanda de seus povos.

Lideram, assim, um processo de integração que, respeitada a soberania de cada país, possibilite integrar os demais países da América do Sul, para que possam, conjuntamente, enfrentar as dificuldades inerentes à realidade econômica, política e social do mundo contemporâneo. Este é o caminho para a construção de uma comunidade latino-americana mais justa e menos desigual.

Assumo aqui um duplo compromisso: como argentino que acredita no MERCOSUL, como esposo de uma gaúcha e pai de uma criança brasileira, que sintetiza minha incorporação a esta terra.

Faz-se importante registrar ainda o nosso compromisso com o estreitamento dos laços, entre representantes da música, da dança, da literatura, das artes plásticas, expressões culturais que o Consulado da Argentina sempre buscou apoiar em nossa gestão. Nesse sentido, devo agradecer a Sra. Secretária de Cultura do Estado do Paraná, professora Vera Mussi; ao Instituto Cultural Brasil-Argentina e a sua Diretora professora Ernestina Lezcovich e a Diretora do SESC da Esquina, Sra. Celise Niero. Por último, meu agradecimento ao Embaixador Argentino na República Federativa do Brasil, Sr. Juan Pablo Lohle, que sempre nos brindou com seu apoio e presença; ao Cônsul Adjunto Carlos Sanchez Vargas, aos funcionários do Consulado Argentino em Curitiba.

Finalizando, a pergunta de milhões: Pelé ou Maradona? Duas épocas distintas, dois grandes mestres. Sou técnico de futebol diplomado, vi ambos jogarem, várias vezes. Não sei se Messi, esse grande jogador atualmente no Barcelona, chegará a ser um Maradona. Talvez. O que sei é que havia um homem de estatura normal, que saltava e cabeceava mais que os outros, que chutava com ambos os pés e converteu mais de 1.200 gols contra times dos cinco continentes. Não creio que tenha existido outro igual. Esta é a minha opinião pessoal, que não fiquem bravos os cronistas esportivos do meu país.

Até a próxima, Paraná. Agradeço por tudo. Que Deus continue abençoando este estado e esta gente.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença de todas as autoridades aqui nesta Casa. Em especial os Cônsules da Romênia, do Japão, do Uruguai, da república Argentina e do Peru.

Sentimo-nos muito honrados, ao tempo que nos irmanamos com as homenagens prestadas por esta Casa, por iniciativa do Deputado Alexandre Curi.

Suspendemos a Sessão por três minutos, para os cumprimentos, e logo passaremos para a nossa Sessão Ordinária.

(Suspensa a Sessão) (Reabertura da Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de reiniciarmos a Sessão, quero apenas lembrar aos Srs. Deputados que, tão logo terminemos esta Sessão, faremos em seguida uma Sessão Extraordinária com o único objetivo de votarmos o projeto de cargos e salários dos professores, que foi aprovado hoje na CCJ. Rendo as minhas homenagens à Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou por unanimidade a matéria hoje. Por esta razão não se encontra na Ordem do Dia de hoje. Em consequência, faremos uma Sessão Extraordinária logo a seguir para votarmos em 1ª votação. E o Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Strapasson,

já nos prometeu que vota amanhã, para que possamos votar em 2ª discussão este projeto na tarde de amanhã.

Pequeno Expediente:

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da área da Educação aqui presentes nesta tarde.

Vou usar os cinco minutos do Pequeno Expediente para, mais uma vez, trazer um assunto que inclusive já tem um projeto de lei nesta Casa. Deputado Zucchi, andando em vários municípios, conversando com a população, uma coisa que a população realmente espera que aconteça é que acabem com as taxas mínimas que existem. Essa história de taxa mínima de água, em Campo Mourão, cheguei numa casa e um senhor falou: “Olha, tenho que lavar meus carros porque não gasto o valor da taxa mínima e me cobram.”

Ontem, acompanhando o pronunciamento do Senador Osmar Dias, no Senado, ele também defende esta idéia de extinção das taxas obrigatórias que os brasileiros pagam pelo consumo. Como por exemplo: água, luz, telefone, ou mesmo quando abastecem o carro.

Segundo o Senador, essas taxas afetam principalmente o trabalhador de baixa renda. Ele diz: “Vou fazer um estudo do que é possível fazer para, de acordo com a lei, reduzir, acabar, melhorar a cobrança, porque quando você soma, são R\$ 90 no final do mês, só de taxa de telefone, água e luz, ou seja, é 20% do salário-mínimo. O Brasil não pode ficar deste jeito, se quiser, realmente, uma distribuição de renda justa.” Estas foram as palavras do Senador Osmar Dias, ontem, lá no Senado.

E me chamou a atenção, porque conversamos com as pessoas e é realmente o que as pessoas querem: que acabe esse negócio de taxas, Deputado Marcelo Rangel. Por que pagar uma taxa mínima de água se a pessoa consome aquilo? Tem que pagar o que consumiu. Consumiu, pagou. Não consumiu, não pagou. Porque o investimento que já foi feito para manter esse tipo de serviço, o povo já pagou. Agora, tem que ficar atirando no lombo do povo mais isso ainda? Deputado Zucchi, o senhor que me apresentou, está aqui a cópia do projeto, é de S. Exa., Projeto nº 178, trata-se da implantação da tarifa justa para o fornecimento de água, é de sua autoria. Nós já tivemos aqui uma votação. Por que não vem mais? Por que esse projeto não colocamos mais em votação? Vamos aprovar esse projeto e o Governador que se vire em vetar ou aprovar, já que ele fala em tarifa justa. Vem, não é isso que queremos? Porque os Deputados são criticados: “Ah, o Deputado não faz nada!” Como não faz nada? Nós esta-

mos aí com o projeto, é só aprovar! Precisamos somente que venha para a pauta.

Pedimos, encarecidamente, ao Deputado Nelson Justus e aos Deputados que podem trazer esse projeto à pauta, para aprovarmos, porque eu estava estudando sobre este tema e não é só porque o Senador Osmar Dias disse isso lá, não - várias pessoas já me cobraram isto - por que pagar uma tarifa mínima se não consome? E aí é telefone, é água, é luz. Realmente é difícil de aceitar isto. E a população tem razão em cobrar.

E esse tipo de coisa, Srs. Deputados, é assim: tem que ser como goteira, bater, bater, bater, tanto bate até que fura. Não tem um ditado assim? Então, temos que começar a cobrar isto agora. O Deputado Augustinho Zucchi já apresentou o projeto, já aprovamos em 1ª discussão, falta aprovar nas demais e agora vamos continuar cobrando, porque tenho certeza, começamos cobrar, cobrar, cobrar, cobrar, uma hora esse projeto vira lei e aí o povo é beneficiado.

Assim como os funcionários que estão aqui hoje - agora na CCJ, antes desta reunião, nós aprovamos lá, Deputado Plauto, o projeto que os funcionários estão aqui esperando - é um projeto importante que o Governo do Estado está enviando para esta Casa, para uma readequação ao Plano de Cargos e Salários, que fiquei sabendo lá, há seis anos esperam isso aqui, seis anos - e só conseguiram, não foi pela bondade do Governador, foi pela insistência deles, o trabalho deles, a organização e a cobrança, assim, batendo, batendo, cobrando, cobrando, foi assim que conseguiram, porque se fosse pela vontade do Governador, já tinha feito no primeiro ano e não fez.

Então, e nós aqui na Assembléia, o Deputado Nelson Justus vai colocar esse projeto na segunda Sessão, e tenho certeza todos os Deputados presentes irão aprovar, porque realmente eles merecem, assim como a população merece a nossa cobrança para acabar com a tarifa mínima e aí sim poder valorizar.

Parabéns, Deputado Augustinho Zucchi, pelo projeto e esperamos que ele volte à pauta para que possamos aprovar. Assim como aprovar hoje o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os funcionários da área da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Antonio Belinati com a palavra.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputadas, Deputados.

Inicialmente, Sr. Presidente, para registrar que a minha cidade de Londrina está engalanada, em festa para receber hoje uma maringaense de nascimento, a nossa querida Natália Falavinha, que honrou as tradições do Brasil e trouxe das Olimpíadas da China uma medalha de bronze no Tae-Kwon-Do, na categoria acima de 67 qui-

los. É a primeira medalha de bronze, que o Brasil conquistou em toda a história das Olimpíadas nessa categoria.

Então Londrina vai receber, festivamente, na noite de hoje, essa jovem, Natália Falavinha, porque estava sofrido! Aquele fracasso do Brasil nas Olimpíadas com investimento de tantos milhões que o Governo fez, mandando atletas, acompanhantes, treinamento, uniforme, estava difícil, estava suado arrancar a primeira medalha de ouro. Foram poucas medalhas de ouro, o Brasil teve um dos piores desempenhos de toda a história das Olimpíadas e quem sabe, isso agora sirva de alerta para que as nossas autoridades possam talvez criar outro tipo de estrutura, de incentivo, começando pelas escolas para prática de várias modalidades esportivas.

O vôlei que fez bonito, tenho impressão que vai crescer muito agora no Brasil, tem o atletismo, a natação, as várias modalidades e tomara que na próxima Olimpíada o Brasil, que almeja sediar uma Olimpíada no Rio de Janeiro, tomara que as nossas autoridades tenham uma melhor visão para que este fracasso da China não se repita mais!

Tirando, Sr. Presidente, a nossa alegria pela postura, pela medalha de bronze dessa pé-vermelho, Natália Falavinha que receberá, com justiça, a homenagem do povo de Londrina hoje à noite, nós queremos lamentar Sr. Presidente, o clima de violência que continua imperando no Paraná. Ontem o povo católico prestou uma grande homenagem em Agudos do Sul ao Padre Nilson José Brasileiro, pouco mais de 40 anos de idade, brutalmente assassinado. Já tivemos, não há muito tempo, o Padre de Matinhos, meu amigo, também covardemente assassinado.

Tivemos na minha cidade de Londrina, uma cidade que antes era tão calma, dava para sair na rua tranqüilamente, de repente na minha cidade de Londrina, por falta de melhor segurança, um Pastor na hora que estava em oração dentro da Igreja na Vila Cazoni, acabou brutalmente assassinado. É empresário assassinado em Londrina, é gente do povo, é gente simples, esta violência que se espalha pelo Paraná! Uma crítica à autoridade cabeçada do Paraná, autoridade atrapalhada, o povo estava indo numa direção e teve autoridade caminhando na direção contrária: haviam os módulos policiais, a Polícia trabalhava mais perto de onde mora o povo e alguma autoridade incompetente, atrapalhada, entendeu que o povo não precisava de Segurança e acaba os módulos policiais, e acaba!

E deu no que deu, o povo com medo de ficar em casa e ser assaltado, de sair na rua ser assaltado, quem vai namorar no carro é outro risco terrível, o povo não pode mais sentar no portão de casa para bater um papo com amigos, pensar em sentar na praça então, nem imaginar! Que tristeza, Sr. Presidente, este clima de violência que não é um mal apenas Paraná, mas como somos Deputados do Paraná, temos que olhar a nossa casa, a nossa terra! Aqui a grande verdade é que o povo esta inseguro,

empresários, gente do povo, eles estão matando rico, remediado, pobre, favelado, de todo tipo! Matam jovens, pessoas idosas, às vezes matam o coitado do velho para roubar R\$ 300, R\$400 da aposentadoria que o idoso recebeu!

Então, eu continuo defendendo que o primeiro caminho é o Governador Roberto Requião determinar a volta dos módulos policiais, para devolver à Segurança do povo do Paraná. O povo tem direito de dormir com tranquilidade. Quantos casos nós já vimos aí pelo rádio, TV, jornal pessoa que estava dormindo e morreu dormindo. Pessoa de até 87 anos, como aquela idosa aqui em Curitiba, meu Deus do céu.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O Governo está pecando, o Governo não está indo bem, o Governo está indo mal, nesse item que é garantir Segurança a todos os cidadãos do nosso Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Belinati, a respeito desse assunto dos módulos policiais, estamos debatendo já há algum tempo aqui na Assembléia Legislativa solicitando ao Governo do Estado, ao Poder Executivo, que realmente reative os módulos policiais. Mas, antes da reativação dos módulos policiais, precisamos aumentar o efetivo da Polícia Militar, porque não adianta você ter o módulo policial e não ter policial ali dentro para pelo menos estar acompanhando. Estamos fazendo esse pedido, fiz uma indicação aqui através da Assembléia Legislativa.

Mas o senhor está muito correto, o senhor deve estar andando pelos bairros da sua cidade e o povo está pedindo, porque é símbolo de Segurança Pública o módulo policial. Estamos reivindicando através da Assembléia Legislativa. O senhor está corretíssimo, parabéns.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Parabéns, Deputado Marcelo Rangel que é dotado de uma grande inteligência, brilhante, obrigado pelo aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, nem todo mundo está triste com essa onda de assassinato aqui não, os donos das funerárias estão vibrando, estão com bastante serviço. Quanto mais mata, mais enterro. Vender enterro é como vender geladeira, fogão, terreno em loteamento. Então não se pode afirmar que 100% do povo está triste com tanta morte, com tanta violência, porque os donos de funerárias, eles estão vibrando. Como não tem Segurança, morrem. É o lucro, mais dinheiro no cofre da funerária.

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Belinati, ouço com atenção e volto um pouco ao passado quando se fala de Segurança Pública.

Teve no ano de 2003, 2004, o atual Governador, algumas ações nas cidades pólos do estado do Paraná, onde se trazia de outros batalhões um número expressivo de policiais militares, viaturas que vinham fazer uma semana, 10 dias uma patrulha intensiva dentro das cidades.

Ponta Grossa, a nossa cidade, foi uma cidade que recebeu essa patrulha por 10 dias. Sumiu a criminalidade por esse período que lá tiveram. Veio centenas de policiais a mais, mais viaturas e o policiamento foi feito. Isso na minha avaliação mostra que o maior número de policiais, aumentando o contingente, aumentando a estrutura da Polícia Militar e também da Polícia Civil é possível diminuir a criminalidade. Só que infelizmente, o que nós vemos do atual Governo, uma falta de atenção para a Segurança Pública do estado do Paraná. Não sou eu que falo, são os números que mostram que a criminalidade está aumentando no estado.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, Deputado Plauto Miró, que vem acrescentar ao nosso pronunciamento.

A impressão que dá, Presidente Nelson Justus, que tem bandidinho aí primeiro que eles andam armados. Já chegaram a pegar guri de 12, 13 anos que não saiu do cueiro ainda, não sabe nem o que é a vida, e está com o revólver na cintura. Tem bandidinho aí, que mata às vezes, até pelo prazer de ligar a TV no dia seguinte e ver a notícia: “Mais um crime, mais violência.”

Tem bandidinho que mata mais pelo prazer de apertar o gatilho, ele quer ver a notícia na televisão, no programa policial. Se a notícia não sair do jeito que ele queria, a impressão que dá é que ele vai lá e mata mais um. Ele quer ver a notícia bem legal na televisão. Não há nenhum respeito à vida humana. Isso é lamentável. Em poucos segundos se aperta o gatilho, se mata um chefe de família, que muitas vezes deixa saudade. Quanto sofrimento para a família que perde um parente vítima da violência.

Temos que carecer a necessidade com urgência do Governo do Paraná, garantir a Segurança que todos os paranaenses têm direito.

Para terminar, quero dizer que hoje olhando essa galeria lotada, professores, professoras, funcionários, funcionárias, essa gente maravilhosa, da área de Educação do Paraná. Muito obrigado pela presença na nossa Casa.

Professor é perseverante mesmo. Tem professor e professora, que contou o dinheirinho suado e saiu lá do interior para vir aqui acompanhar, dar força, visando apoiar a aprovação desse importante projeto.

Nessa casa na minha intuição, ainda não nasceu nenhum Deputado com coragem de na hora que o Presidente Nelson Justus colocar o projeto de vocês em votação, duvido, que tenha alguém que tenha coragem de dizer: “Vou votar contra os professores.” Não vai nem poder voltar para a cidade dele.

Quero dar os parabéns a vocês. Sabemos que poderiam estar aqui milhares de funcionários e professores, vocês estão representando a todos eles. E a certeza, hoje é o primeiro passo. Mas depois tem uma PEC de autoria da nossa colega Cida Borghetti, que é para estender esse benefício aos Diretores, pedagogos, aos Coordenadores desse curso. Já que vamos fazer uma homenagem aos professores e professoras, é justo que a gente estenda todo esse benefício para todo mundo que trabalha com amor, com garra, nas escolas do Paraná. Parabéns a vocês, a vitória é de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma saudação a todos os servidores, professores que estão aqui no dia de hoje.

O que me traz a essa tribuna, é o pronunciamento que no dia de ontem o Deputado Elio Rusch, Líder das Oposições fez nessa tribuna, mostrando a preocupação da forma como anda a administração do porto de Paranaguá. Em especial, pelos autos de execução fiscal, que foram feitos contra o porto de Paranaguá, no valor algo que soma na casa de R\$ 1 milhão e 800 mil, sendo a Receita Federal e também a ANTAQ que propuseram essa execução e naturalmente o Governo do Estado do Paraná. O porto de Paranaguá terá que arcar com esse montante, porque naturalmente alguma coisa errada lá fez e no dia de hoje, nós da Bancada de Oposição estamos apresentando um requerimento tentando buscar esclarecimentos ao porto, a Superintendência para sabermos exatamente quais são esses autos e qual foi o motivo que geraram eles.

Mas no dia de ontem, o Deputado Elio Rusch, aqui falava sobre a falta de competência da administração do porto de Paranaguá.

Vou relatar rapidamente os problemas que até a pouco tempo vimos e vemos.

Até a pouco tempo atrás nós vimos à questão da soja transgênica, onde o porto de Paranaguá sendo um dos maiores escoadores de soja, de grãos do Brasil acabou perdendo uma boa parte do mercado para outros dos portos do Brasil, como Santos, no estado de São Paulo e também o porto de São Francisco em Santa Catarina, que acabaram absorvendo a soja produzida aqui no estado do Paraná e também a soja de Mato Grosso e o Paraguai que usavam o porto de Paranaguá para exportar os seus produtos. E naturalmente quem perdeu com tudo isso foi o porto de Paranaguá. Gradativamente, foi mais uma na minha avaliação, das trapalhadas que a Superintendência do porto de Paranaguá fez trazendo prejuízo a todos os agricultores e naturalmente a todos os paranaenses.

Quero falar que no dia de ontem, também foi citado o terminal público de álcool. O porto de Paranaguá, a Superintendência, investiu mais de R\$ 10 milhões há um pouco mais de um ano atrás, para poder terminar de construir um terminal de álcool, para poder receber álcool e também mandar para outros estados e ali seria o local de depósito de armazenamento de álcool do porto de Paranaguá. Porque hoje tem um terminal que é público e administrado pela iniciativa privada.

Mas, o interessante e tudo isto é que o Governo investiu mais de R\$ 10 milhões, e infelizmente se passou um ano e este terminal de álcool não funciona, por questões de segurança, porque o material que foi utilizado na construção é um material que não pode ser exposto ao álcool e naturalmente, desta forma, temos um terminal que não funciona e que o Governo do Estado do Paraná investiu lá alguns milhões de reais.

Tem o problema da dragagem, que tanto se falou nesta Casa, que tanto a ANTAQ falou e denunciou, da necessidade de se fazer a dragagem do Canal da Galheta, lá no porto de Paranaguá. E infelizmente, até hoje, não vimos uma reação concreta para amenizar este problema, que pode gerar um acidente grave da baía de Paranaguá.

E no dia de ontem, também, Sr. Presidente, eu falava no momento onde aparteei o Deputado Elio Rusch, que com a decisão do Supremo Tribunal Federal com relação ao nepotismo, naturalmente o Superintendente do porto, que é irmão do Governador, com certeza ele teria que ser afastado da Superintendência, porque é uma autarquia e naturalmente sendo parente, irmão do Governador, ele teria que deixar a Superintendência do porto de Paranaguá. Mas, o que me impressionou, foi que hoje o jornal Gazeta do Povo e outros jornais do estado do Paraná, trazem uma nota onde o Chefe da Casa Civil, o Rafael Iatauro, deixa claro que o Governador do Estado, Roberto Requião, está tentando achar uma forma, uma medida, uma maneira, para tentar preservar o irmão dele dentro da estrutura do Governo do Estado do Paraná.

Então, aquilo que falamos ontem, de que o Governador teria que tirar o Eduardo Requião da Superintendência do porto, pela questão do nepotismo, acabou caindo por terra, porque o próprio Governador e sua equipe tentam achar uma forma para poder preservar o Eduardo Requião.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados! Teve que o Supremo legislar com relação ao nepotismo. E aqui no estado do Paraná, vemos e sabemos que o Governador do Estado tem uma grande parte de seus parentes que trabalham junto com ele, no Poder Executivo no Governo do Estado do Paraná. E quando uma lei, uma Súmula do Supremo Tribunal Federal diz que os parentes têm que se afastar dos cargos em comissão, rapidamente o Governador do Estado tenta achar um caminho para preservar o seu irmão, Eduardo Requião, e outros membros da sua família, trabalhando dentro da estrutura do Governo do Estado do Paraná.

Era isto o que eu queria deixar registrado. Vamos ver o desenrolar de tudo isto, e qual é o caminho que o Governador do Estado do Paraná vai tomar para preservar os seus parentes que estão trabalhando junto com ele no Governo do Estado do Paraná. E não são poucos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (DEM)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente saudar o professor Lemos e em seu nome todos os servidores da Educação do Estado do Paraná, que estiveram nesta tarde, na CCJ, aprovado a Mensagem do Governo que efetivamente restabelece e dá algumas melhorias para os servidores da Educação do nosso estado do Paraná. Parabéns a todos os servidores. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero mais fazer um comunicado aos Srs. Parlamentares, à imprensa e aos cidadãos do estado do Paraná. Tenho acompanhado de maneira sensacionalista, para não dizer desinformada, algumas informações inverídicas sobre a Previdência Complementar que está sendo apreciada pela Secretaria da Previdência Complementar do Governo Federal do Ministério da Previdência Social, de acordo com o que estabelecem as Leis Complementares nº 108 e 109, que tramita na Secretaria de Previdência Complementar e está prestes a ser homologada.

Entretanto, por questões ou por má intenção ou pela maneira oportunista que um certo cidadão ingressa na Justiça, para tentar se valer do Poder Judiciário para se promover, esse cidadão entrou com uma ação popular contra o Plano de Previdência Complementar. Efetivamente, conseguiu o juízo de 1º grau uma liminar, essa liminar foi suspensa pelo Tribunal de Justiça e agora há pouco, na tarde de hoje, o Tribunal de Justiça na 4ª Câmara Cível, decidiu, com efeitos translativos, ou seja, ao apreciar o Agravo do Instrumento, resolveu extinguir a ação popular por falta de objeto, sequer sem analisar o mérito - julgou extinta a ação originária por falta de interesse jurídico no feito.

Vejam os Srs. Parlamentares, o que é o interesse eleitoral, o interesse mesquinho de um cidadão tentando desacreditar o Poder Legislativo, tentando fazer com que a sociedade se volte contra um projeto de lei aprovado aqui na Assembléia Legislativa que segue rigorosamente a Lei Complementar nº 108 e a Lei Complementar nº 109, que tratam da Previdência Complementar privada e pública, a exemplo do que já temos no estado do Paraná, a Previdência Complementar dos funcionários da SANE-PAR, a Previdência Complementar dos funcionários da

COPEL, a exemplo do que temos no Brasil, a Previdência Complementar do Ministério Público, inclusive expansível para os Juízes, a Previdência Complementar dos funcionários do Banco do Brasil, a Previdência Complementar dos funcionários da PETROBRAS, tudo isso inovado a partir da Constituição Cidadã, depois da Emenda Constitucional nº 020 e, posteriormente, da Lei Complementar nº 108 e 109 do ano de 2001.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui esse registro da mais absoluta razão que tem a Assembléia Legislativa, que tem toda a possibilidade de instituições estabelecerem Previdência Complementar Privada, rigorosamente dentro do que estabelece a lei e quem fez a lei foi o legislador federal, a Lei nº 108 e a Lei nº 109, porque além da Previdência Complementar existem dois outros tipos de previdência: a do Regime Próprio, que é a que atende os nossos servidores da Educação que estão aqui, através da ParanaPrevidência; e existe uma outra forma de previdência, que é destinada a todos aqueles que não são servidores públicos, que é o Regime Geral de Previdência Social, existe uma nova modalidade, estabelecida no Brasil a partir de 2001, que é efetivamente a Previdência Complementar.

Então, os incautos, os que de má-fé, os que por desconhecimento tentam desacreditar uma instituição, leiam antes o Parecer da Advocacia Geral da União sobre a Arguição de Inconstitucionalidade proposta contra esse plano. Para os incautos, leiam antes o que estabelece a Lei Complementar nº 108 e 109 e aqueles que agem de má-fé, não temos nada a dizer, a não ser o perdão, porque efetivamente estão falando de má-fé e não por conhecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. Bloco PPS/PMN. Com a palavra Deputado Douglas Fabrício

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Presidente Nelson Justus, vamos apresentar nesta tarde, protocolar na mesa um projeto de lei, que em sua súmula institui a obrigatoriedade dos cartórios do estado a aceitar o protesto de moradores inadimplentes que estiverem devendo o condomínio ou aluguel. Esse projeto nasceu já tem no estado de São Paulo um projeto dessa natureza, que já é lei, foi inclusive a Deputada Estadual Maria Lucia Amari, que apresentou e já é lei, nós vamos apresentar aqui nesta tarde Presidente, porque não dá para imaginar que as vezes em condomínios, ou mesmo aluguel, a pessoa não pague e aí prejudique aqueles que pagam certo.

As vezes até pode ser que uma pessoa não pague porque tem dificuldade, pode até ser, mas muitos que não

pagam é porque não querem pagar, ou se valem de que a multa é baixinha, as vezes é 2%, e a pessoa diz: “Dois por cento não é nada, então não vou pagar”. E com isso atrasa todo o processo dos condomínios e também na questão do aluguel. Então esse projeto de lei, vamos apresentar nesta tarde aqui na Assembléia Legislativa. E com isso, estamos apresentando para beneficiar as pessoas que são corretas, as pessoas que pagam as suas contas rigorosamente de acordo com o que manda a ética.

Bom, outro assunto que quero falar nesta tarde é sobre o nepotismo. Eu disse dias desses que estava para acontecer uma decisão pelo Supremo Tribunal Federal e que essa decisão seria em favor da população. E por unanimidade o Supremo Tribunal Federal aprova a resolução que proíbe o nepotismo. Então na prática o que a Justiça colocou para a população? Colocou o seguinte: ‘Olha, não pode, quem está no Poder Público com mandato, se aproveitar do mandato para ficar nomeando parentes.’ Claro que a gente sabe que tem pessoas com parentes preparados, e aí geralmente são os que nomeiam poucas pessoas.

Agora, tem gente que exagera. Conheço um Prefeito aí, Sr. Presidente, no Paraná que nomeou um monte de parente. Tem Prefeitos que se pegar a conta, de quanto eles gastam com os parentes deles dá mais do que o orçamento de cidades pequenas nos quatro anos de mandato. Então, tem gente exagerando. Com isso a Justiça mandou parar, ou seja, falou: “Não pode ficar se aproveitando do cargo para ficar nomeando parente sem concurso”. Mas, mesmo assim ainda deixou uma brecha, que é o espaço para que o Prefeito, ou o Governador, ou o próprio Presidente, nomeie um irmão, um parente num cargo de Secretário. Primeiro escalão aí pode. Eu também não concordo, porque de uma certa forma as vezes tem casos, e o Paraná já está acontecendo isso, já vai dar status de Secretário para alguns outros cargos para poder manter.

Não é correto isso, não está certo, para isso temos uma emenda que prevê acabar com isso, só que nós precisamos de 18 assinaturas de Deputados, e não conseguimos ainda essas 18 assinaturas. O meu pedido, na tarde de hoje, que os Deputados nos ajude assinando conosco essa nossa emenda.

O Deputado Plauto também é contra o nepotismo, ele já se manifestou aqui na tribuna, que assinasse também conosco. Já temos 12 assinaturas e precisamos mais seis para que possa tramitar essa emenda na Casa.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

A minha opinião e a do nosso partido é muito clara com relação ao nepotismo, somos totalmente contra. Fiquei feliz com a manifestação do Supremo Tribunal Federal.

Estava dando uma entrevista para um órgão de comunicação, bastante importante no estado do Paraná, e eles me perguntaram: que o Governador e outros políticos afirmaram que cargos de confiança, precisam ser exercidos por pessoas de confiança. E pessoas da família

são de confiança. Respondi: “Um agente público, político que recebe milhares de votos de pessoas que depositaram confiança nesses políticos, será que no meio desses eleitores não existem pessoas de grande confiança que possam ocupar esses cargos?”

Acredito que o Supremo Tribunal teve uma decisão acertada. E o nosso partido PPS, que luta por isso há muito tempo, também está de parabéns, porque conseguimos avançar na política no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Marcelo Rangel, muito obrigado pelo aparte.

Percebo que a população é contra essa prática. E os Prefeitos, por exemplo, sempre justificam que confiam na família. Será que vão decidir sobre o desenvolvimento do município no café da manhã em casa? Não pode! Por isso que o Supremo Tribunal Federal decidiu corretamente, não pode empregar parente. Mas deixou essa brecha de poder empregar secretário. Por isso que temos essa PEC aqui. Peço aos Deputados que nos ajude fazer tramitar. Temos que dar o bom exemplo nesta Casa, fazendo tramitar uma PEC contra o nepotismo aqui.

Quero fazer um apelo aos Deputados candidatos a Prefeitos. Agora é uma oportunidade excelente para assinar essa PEC, pode até ajudar a ganhar voto tomando essa atitude. Queremos, junto com a Justiça, moralizar cada vez mais a vida pública. E essa é uma atitude de moralização, de valorização. Valorização a profissionais como os servidores públicos, que fizeram concurso, e merecem o respaldo da Administração Pública. Mas demorou seis anos para conseguir essa luta e, às vezes, o parente do Prefeito consegue a noite jantando com o Prefeito. Está errado!

Mesmo o Supremo Tribunal Federal deixando essa brecha, continuamos firme contra, para que não tenha brecha nenhuma, para que o nepotismo seja extinto do poder público. Se fizermos isso de Câmara de Vereadores à Presidência da República, imagine quanto dinheiro que vai sobrar para poder dar mais aumento aos funcionários que trabalham, que fizeram concurso e que merecem porque fazem a Administração Pública.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto o Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários públicos aqui presentes, imprensa, senhoras e senhores telespectadores.

Inicialmente, quero aproveitar o ensejo e fazer o registro, com grande satisfação, de que o Deputado Federal Dr. Rosinha se encontra nas galerias, a pedido da APP-Sindicato.

Na tarde de ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, havia me programado para fazer dois registros e, infelizmente, tive que me ausentar no transcorrer da Sessão Plenária, tendo em vista que uma das minhas vistas, até parece redundância, Deputado Valdir Rossoni, ter dado uma hemorragia nas vistas, nada grave, e tive que me ausentar para ir ao oftalmologista.

Bom, um dos registros que pretendia fazer na tarde de ontem e faço hoje, é em homenagem a passagem de aniversário da Sociedade Árabe-Brasileira Beneficente do Paraná pelos seus 60 anos. Ontem, inclusive, a pessoa do Presidente da Sociedade Árabe esteve presente, alguns membros dessa tão importante sociedade. Então, queria deixar o registro e, também, o apoio do Partido Republicano Brasileiro a essa relevante sociedade, por entendermos que a colônia árabe no nosso país e em especial no nosso estado, em muito contribuiu para o progresso do Paraná, para o progresso e desenvolvimento do nosso país.

Ainda nessa linha de registro pela passagem de aniversário, de fundação, faço o registro da passagem do aniversário do meu partido, do Partido Republicano Brasileiro, que foi fundado no dia 25 do mês de agosto e que no dia 25, no dia de ontem, completou nada menos, nada mais do que três anos. Obviamente, é um partido recém-nascido, é o caçulinha dos partidos, mas em muito tem surpreendido se comparado a qualquer outra agremiação política de renome ou com muito mais bagagem, muito mais história. Desta tribuna, por este Parlamentar foi registrado como sendo o partido que mais cresceu em tão pouco espaço de tempo, segundo estatísticas do próprio Supremo Tribunal Eleitoral. Em âmbito nacional, cresceu 1.408%. Foi o partido que mais se destacou em termos de filiação, em termos de abertura de provisórias e diretórios se comparado a qualquer outra sigla partidária do nosso país.

Embora seja um partido recém-surgido, recém-criado, recém-fundado, é um partido que está presente nas principais cidades do nosso país, presente em todos os estados brasileiros e que apresenta em seus quadros candidatos valorosos a Prefeitos, Vice-Prefeitos, e principalmente Vereadores. Para qualquer outra sigla, Deputado Caíto Quintana, as eleições municipais são importantíssimas, inclusive para o Partido de V. Exa., mas para o Partido Republicano Brasileiro tem muito mais importância, pesa para nós, tendo em vista ser a primeira eleição municipal disputada pelo Partido Republicano Brasileiro.

Até então, tivemos apenas a experiência das eleições estaduais, das quais este Parlamentar reelegeu-se para o seu 3º mandato. E para as eleições municipais será a nossa primeira eleição municipal, será um termômetro para medirmos qual é a força real que o Partido Republicano Brasileiro possui para continuar projetando-se e gal-

gando os espaços que nos é devido. E, como qualquer outro partido organizado, qualquer outra organização política decente, nós almejamos espaços políticos, almejamos crescer, almejamos ocupar, estrategicamente, posições no Governo nas várias esferas governamentais.

Portanto, é com grande prazer que registro, então, o 3º aniversário do Partido Republicano Brasileiro, que possui nos seus quadros a figura mais ilustre do Vice-Presidente da República, o Sr. José Alencar, um homem guerreiro, um homem batalhador, um homem de conduta ilibada, um homem que é modelo político do bem para inúmeros outros e inúmeras outras siglas e inúmeros outros políticos devido o peso político que esse nome detém. Temos também a figura do Senador Marcelo Crivella, que hoje é prefeiturável do Rio de Janeiro e que, diga-se de passagem, apresenta uma pontuação invejável, segundo todas as pesquisas até então divulgadas, apontando, sim, grandes e reais condições dele tornar-se o futuro Prefeito do Rio de Janeiro.

Então, não poderia deixar de passar essa data tão importante do partido que é 10, a sigla do Partido é o número 10, e desejar felicidades a todos os companheiros, a todos os correligionários do Partido Republicanos Brasileiros que, com certeza, farão a diferença nessas eleições e, posteriormente, a tantas quantas outras eleições, tantos quantos outros pleitos vierem a acontecer. No mais, Sr. Presidente, o meu agradecimento, senhoras e senhores, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PT; PSDB; PDT.

(Declinam).

PMDB: com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Gostaria de tratar de dois assuntos, neste momento, brevemente. Um deles, discutido na CCJ e ouvi V. Exa. anunciar a realização de uma Sessão Extraordinária, logo após esta, para votar projeto apoiado hoje pela CCJ, aprovado na CCJ, que cria cargos, carreira e salários, vencimentos dos servidores da Educação. Falo isso porque as Comissões desta Casa têm uma função altamente importante. E muitas e muitas vezes alheias ao trabalho de Plenário, não se cabe, não se conhece, o quanto um projeto é avaliado antes de chegar aqui nesta Casa. Tanto que a CCJ, no dia de hoje fez a sua avaliação da constitucionalidade. A Comissão de Finanças amanhã em caráter extraordinário também fará a avaliação do impacto financeiro para poder permitir que o projeto venha em votação em Plenário. Ressalto que todos os Parlamentares Situação e Oposição foram favoráveis a esse projeto.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acompanhei durante muito tempo, até mesmo na condição de Chefe

na Casa Civil, o trabalho feito pela APP-Sindicato, pelo professores, pelos Núcleos de Educação do Estado do Paraná, buscando fazer com que a nossa Educação realmente fosse organizada. Lembro que aqui nesta Casa quando Oposição, inúmeras vezes cobramos desta tribuna que se votasse o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação, dos professores. Foi uma luta insistente, muito grande. Até com o apoio, com galerias cheias, com manifestações, com e-mails para Deputados, com pressão, acabou se instituindo no Governo Requião o Projeto de Cargos, Carreiras e Salários dos Professores de Educação.

Agora, recentemente, votamos aqui o projeto que cria no Quadro do Ensino Superior a mesma organização. Mas, talvez no dia de hoje, estejamos criando o Plano de Cargos, Carreiras e Salários de uma categoria que trabalha anonimamente dentro das salas de aulas. São funcionários das Secretarias, são funcionários que cuidam dos alunos, que cuidam da limpeza, enfim, que não sendo professores, dão o suporte para que a escola tenha condições de funcionar plenamente num clima saudável para receber os alunos. E são categorias, senhores, que evidentemente por estarem lá nas salas de aulas, dentro do colégio, mesmo antes do começo das aulas, muitas vezes são esquecidos pelo olhar daqueles que lutam em favor da construção de escolas, das reformas, dos Planos de Cargos e Salários para os professores. No dia de hoje, vai-se contemplar, portanto, pela sensibilidade do Governo Requião, essa carreira tão importante para o magistério do Paraná.

Quando falamos cargos, vencimentos, salários, progressão na carreira, olhando com a letra morta muita gente percebe que isso é criar efetivamente, dentro dos funcionários da Educação, a tranquilidade para o seu serviço. Não é apenas um enunciado de uma lei que estão lá os cargos, como que pode ter ascensão na carreira, a segurança de que essa carreira será cumprida. Quando se fala em investimentos está lá estipulado de que os vencimentos de cada uma dessas carreiras terá uma remuneração condigna. Portanto, a tranquilidade dentro do setor na escola, quer seja dos seus funcionários, nos seus professores, sem dúvida alguma propicia a qualidade do ensino no estado do Paraná e alivia essa tensão constante. De uma luta entre DIEESE, o Sindicato da APP, o Governo do Estado, a Secretaria de Administração, de Planejamento, de Finanças, porque você tem norteado já um plano, uma carreira e o salário.

Por isso tenho certeza, que no dia de hoje, por unanimidade a Assembléia Legislativa votará a constitucionalidade deste projeto encaminhado pelo Executivo e, a partir de amanhã, votando o mérito poderemos determinar a votação final e não havendo emendas. Sr. Presidente, poderemos pedir dispensa de Redação Final e amanhã mesmo terminar com a aprovação, levar para a sanção do Governador, publicar no Diário Oficial e definitivamente criarmos pelo Legislativo do Estado do Paraná o reconhecimento a tão abnegados trabalhadores

da Educação do Estado do Paraná que passam, a partir daí, ser reconhecidos no seu trabalho.

Eu parabeno e por isso uso o horário da Liderança do PMDB, parabeno as demais Lideranças, parabeno os Deputados que têm esta visão clara e objetiva de que a competência é do Executivo para a estrutura dos cargos do seu Governo, dos salários do servidor público estadual, mas parabeno, principalmente, o Governo Roberto Requião pela sensibilidade que tem de entender efetivamente que a Educação do Paraná precisa avançar muito. Está avançando e vai avançar, porque acima de tudo, a Educação é a esperança da consolidação do nosso estado, dando aos nossos alunos, pobres ou ricos, um ensino público em condições de fazê-lo capaz de enfrentar o mercado de trabalho que aí está.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.
(**Declinam**).

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Expediente subscrito pelo Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, informando sobre a visita de uma comitiva de Deputados da Província de Saitama, no Japão, no próximo dia 02/09, terça-feira próxima, os quais virão para a comemoração do aniversário de 50 anos do saitamakenjinkai, em São Paulo, e irão estender a sua viagem até Curitiba, para estabelecer contatos políticos nisseis e brasileiros. **Encaminhe-se ao cerimonial.**

Indicação nº 198/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e aos Srs. Secretários de Estado da Saúde e do Desenvolvimento Urbano, a implantação de Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança, na cidade de Santa Izabel do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 199/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a ampliação do Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2250, de autoria do Deputado Enio Verri, constante do expediente, solicitando autorização para licenciar-se da Assembléia Legislativa, no período de 08/09 a 03/10/08 a fim de tratar de assuntos de interesse particular, na cidade de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2245, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, para logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição de interestício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 224/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação Mãos Estendidas - AME. **Aprovada. (Publ. no DA nº 056/08, de 26/05/08, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a RFCC - Rede Feminina de Combate ao Câncer, de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Bom Sucesso do Sul, com sede e foro no município de Bom Sucesso do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública o Projeto Renascer, com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que cria a Frente Parlamentar em Defesa dos Royalties de Petróleo e Impostos sobre Energia do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

No dia de ontem foi aprovado, em 1ª votação, esse projeto de resolução criando a Frente Parlamentar em defesa do ICMS da Energia e dos Royalties de Petróleo. Tenho recebido, por parte da imprensa, pedidos de informações a respeito das razões da criação dessa Frente Parlamentar e alguns órgãos questionando inclusive a competência da Assembléia Legislativa em criar uma Frente Parlamentar, visto não ser assunto estadual.

Eu queria, quando agradeço aos Parlamentares que votaram favoravelmente ontem e que, seguramente, votarão hoje, deixar patenteado aqui que estamos criando uma Frente Parlamentar para lutar pelo Paraná. Quando questiona-se que a Assembléia Legislativa só vota assuntos inerentes a títulos de Cidadão Honorário, declaração de utilidade pública ou assuntos do Executivo quando se trata de um assunto de interesse do estado que está quente, está no momento de ser defendido, é uma atribuição da Assembléia Legislativa!

Temos um litígio de mar territorial com Santa Catarina e com o estado de São Paulo na definição do nosso mar territorial, temos a necessidade de aprofundar esse assunto, neste momento que o Governo Federal está falando inclusive em exploração de jazidas de petróleo do pré-sal. O geólogo Paulo Soares coloca, com clareza o seguinte: "No mar do Paraná a PETROBRAS também deve iniciar pesquisas de pré-sal, embora não se saiba quando já que a ANP ainda não liberou áreas para licitação. Sabe-se que as ondas daqui são similares àquelas já estudadas, portanto é bem provável que o nosso litoral tenha poços de perfuração pré-sal." No entanto estamos discutindo, há muito tempo com Santa Catarina, onde vai o nosso mar territorial. Por quê? Porque existem estados que têm um litoral côncavo, como é o caso do Paraná, e a linha divisória portanto nos prejudica. Existem estados

com litoral convexo, como o Rio de Janeiro, onde esta linha diagonal acaba atingindo o estado maior.

Então, esta Frente Parlamentar é suprapartidária, todos poderão participar, poderemos aprofundar estes estudos, poderemos levantar esta questão, lutar por esta causa, bem como agora, no momento da reforma tributária tentarmos corrigir uma injustiça muito grande perpetrada contra os estados geradores de energia. Somos um estado exportador de energia elétrica e não podemos cobrar ICMS da energia vendida que é, lá fora, em outros estados, industrializada e vendidos os produtos, embutido este ICMS, quando ele retorna ao Paraná. Esta Frente Parlamentar tem o objetivo de intensificar a luta por estas questões e aproveitar para convidar todos os Deputados de todos os partidos, melhor seria que tivéssemos 54 Deputados nela para podermos fazer reuniões, audiências públicas, convocarmos técnicos para que possamos, em conjunto, pelo Legislativo do Paraná, defender os interesses do nosso estado!

Obrigado.

O SR. ENIO VERRI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Péricles, que estão numa reunião em Brasília sobre o tema, tão importante, da VIZIVALE.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Caíto Quintana, quero parabenizar V. Exa. por essa iniciativa e trazer para esta Casa, para este Plenário, um assunto de suma importância. Nós que acompanhamos a questão dos royalties devidos à Itaipu Binacional, e diga-se de passagem que foi uma campanha feita pelo Dr. Francisco Cunha Pereira e que o estado do Paraná recebe hoje os 45% dos royalties gerados por aquela hidrelétrica, 45% dos municípios diretamente atingidos, mais 2% para o Ministério da Ciência e Tecnologia, mais 8% que vai para a ANEEL que são distribuídos para outros municípios também não atingidos diretamente.

Mas essa Frente Parlamentar se faz necessária sim, que muitas vezes discutimos tema, talvez não de muita relevância, como disse muito bem V. Exa., Deputado Caíto Quintana, talvez de utilidade pública, alguns outros projetos, reconhecimento, alteração de algumas leis, mas esse tema mexe com a questão econômica do estado do Paraná.

Relatou V. Exa. também que somos o maior exportador de energia elétrica do Brasil. O que se fez na Constituição de 1988? Negociou-se os royalties em relação à imunidade do ICMS na energia elétrica, no petróleo e na exportação de um estado para o outro. Quem ganhou com

isso? São os estados que consomem a nossa energia elétrica.

Por exemplo, São Paulo, vendemos grande parte da energia elétrica de Itaipu para São Paulo. O estado de São Paulo cobra os seus 27% da energia elétrica lá na ponta e não repassa um centavo para o nosso estado do Paraná. Além de gerar a riqueza, o emprego, de industrializar o seu estado, fornecemos energia e não ganhamos absolutamente nada.

Então, essa Frente Parlamentar que, com toda certeza, no momento em que o Congresso Nacional fala da reforma tributária, nada mais justo que decidirmos, mas se não lutarmos pelos nossos direitos, os outros não o farão. Essa é uma luta, Deputado Caíto Quintana.

Podemos lembrar mais uma, que Deus o tenha, está na nossa memória sempre, o ex-Deputado Maurício Fruet, foi um dos Deputados Federais que tem encampada a regulamentação do artigo e da Constituição que conseguiu viabilizar que os royalties fossem repassados aos municípios e ao estado do Paraná. Junto com Maurício, outros Deputados também, Senadores, lembro-me também, de saudosa memória, o Carvalhinho, que foi Relator no Senado da República, quando regulamentou também a lei complementar federal que regulamenta a distribuição dos royalties. Foram os paranaenses que lutaram muito para que pudéssemos ter uma compensação financeira pelas terras que perdemos. Mas, a questão dos royalties não é só da energia. Disse muito bem V. Exa. é sobre o combustível, sobre o petróleo que está sendo explorado. O petróleo, principalmente, que está sendo explorado em alto-mar, sobre a divisa do Paraná com Santa Catarina.

Santa Catarina, com toda a certeza, Deputado Caíto Quintana está se mobilizando. Se não nos mobilizarmos, eu tenho certeza, Deputado Nelson Justus, já falamos desse assunto à V. Exa. como Presidente, haverá, sem sombra de dúvida, de dar todo o apoio, como já tem demonstrado, e nós Parlamentares haveremos, de repente, de conseguir convencer o Congresso Nacional que os estados produtores não podem ser esquecidos e têm que ser compensados.

Parabéns, Deputado Caíto Quintana por esse seu projeto. Me somo, vamos votar juntos e dentro das nossas medidas quero ser um colaborador nessa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Está em votação.

Item nº 05, projeto de resolução. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/08, de autoria do Deputado Waldir Pugliesi, que altera dispositivos da Lei nº 15758, de 27/12/07, que dispõe que os créditos

decorrentes dos débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituirão crédito do Tesouro Estadual, poderão ser parceladas em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/08, de 10/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 259/08

P A R E C E R :

Relatório

O projeto ora sob análise tem por finalidade alterar, de modo substancial, a Lei nº 15758/07, que dispõe sobre os créditos decorrentes dos débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual na forma da Lei Complementar nº 113/05 que constituirão crédito do Tesouro Estadual, mais especificamente, sobre o parcelamento desses créditos.

Da Legitimidade

Neste ponto, é de se colacionar o artigo 53 da Constituição do Estado, que assim dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

IV - dívida pública, abertura e operações de crédito;

De imediato se pode denotar a competência dessa Casa de Leis para legislar sobre o tema, dada a circunstância de se ver presente a discussão sobre arrecadação de dívida pública constituída.

Do Objeto

No que tange ao objeto de propositura, imperioso que se destaque os pontos que foram alterados, com a apresentação do projeto. Serão, assim, enumerados e debatidos na forma que segue:

1 - Do artigo 1º, parágrafo 2º.

Vê-se, no projeto de lei, que com a aprovação deste, o pedido de parcelamento implicará em reconhecimento incondicional do crédito, tendo por exigência para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer recurso ou ação interpostos para discussão dos mesmos, tendo a concessão resultante caráter decisório. Pois bem, a regra encartada no projeto de lei padece de vício, ante princípio constitucional disposto no artigo 5º, XXXV:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Pela simples leitura do texto, percebe-se que a lei não poderá excluir da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça de lesão. E exatamente isso o projeto de lei busca fazer, a medida em que condiciona o deferimento do par-

celamento à renúncia dos recursos ou ações propostas. Esses instrumentos podem ter sido adotados na esfera judicial ou administrativa, mas o texto do projeto, nos moldes propostos, não deixa claro que se pretenda renunciar a ação na justiça ou em sede administrativa. Caso semelhante já foi objeto de julgamento pela Corte Maior pátria, na ADI 1.074/ES, relator Min. Eros Grau, oportunidade em que se derrubou a chamada “barreira de acesso ao Poder Judiciário”. Tal barreira, no caso julgado, consistiria em exigir depósito para recurso administrativo. Pois bem, mutatis mutandi, o contexto percebe ser o mesmo, posto que deverá se renunciar a direito fundamental para obter parcelamento. E direito fundamental que é, não há que ser mutilado por lei infraconstitucional, como a presente. Em termos eminentemente práticos, ver-se-ia que mesmo com a promulgação desta lei não seria negada a oportunidade de acesso às vias judiciais, desde que presente a lesão ou ameaça de lesão à direito. Entretanto, essa comissão é guardiã da Constituição da República e de seus mandamentos, fato que leva esta relator a apresentar emenda anexa.

2 - Da possibilidade de parcelamento das multas.

Ponto que merece destaque é versado no parágrafo 3º do projeto, que trata do parcelamento das multas aplicadas. No texto original do projeto não era permitido o parcelamento dos valores a título de multa. Com a nova redação permite-se tal providência. Nada mais lícito para que a pessoa em atraso possa arcar com suas dívidas junto ao Tribunal de Contas. Entretanto, nesse parágrafo debatido ocorre o mesmo vício do texto legal anterior, visto que exige desistência de recursos ou ação para deferimento desse parcelamento. Exatamente pelos mesmos motivos é que se apresenta emenda supressiva neste ponto.

3 - Possibilidade de protocolização do pedido na Delegacia Regional da Receita Estadual.

O artigo 2º do projeto de lei possibilita que o protocolo do pedido de parcelamento seja efetiva na Delegacia Regional da Receita Estadual, ao passo que o texto ora em vigor aduz que o protocolo deve ser feito na Secretaria Estadual da Fazenda. Esse dispositivo defende os interesses do estado, que facilita e amplia os locais para o parcelamento, como também das pessoas com débito junto ao Tribunal de Contas, pelas mesmas razões.

4 - Do artigo 3º e da delegação dos poderes para conceder o parcelamento.

No *caput* do artigo 3º do projeto de lei se encontra disposição que permite que a decisão sobre o parcelamento seja tanto efetivada pelo Secretário de Estado da Fazenda, como também por quem tenha recebido poderes delegados para tanto. Ora, uma vez mais parece-nos que o texto acerta, ao procurar dar azo para que a decisão seja não apenas centralizadas numa pessoa, mas que possa, de modo responsável, ser tomada por outras pessoas competentes para tanto. Com isso, a bem da celeridade e ao detrimento da burocratização, todos resultam beneficiados.

5 - Do reparcelamento da dívida.

O projeto apresentado diz que o reparcelamento poderá ser realizado apenas uma vez. Em nossa visão a

providência é correta, até porque já se oportuniza o parcelamento para quem detém dívida. Dar força para quem não arca com seus débitos junto ao Poder Público parece ofender até mesmo o princípio do interesse público. Sendo assim, a providência não merece reparos.

6 - Da rescisão do parcelamento.

O projeto de lei apresentado pretende fazer com que a rescisão se efetiva a partir da falta de pagamento da primeira parcela ou ainda, com a inadimplência de três parcelas, sucessivas ou não, ou de valor equivalente. Essa providência tem o caráter procedimental para ver-se desfeito o parcelamento outrora firmado. A regra, a nosso ver, não parece odenser qualquer regra constitucional ou legal, mas apenas diz com a conveniência de rescisão com a falta de pagamento de parcelas em número inferior as da lei atual.

Da Conclusão

Face ao exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, com a adoção das emendas supressiva e modificativa que seguem como anexo.

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 259/08

Fica suprimido do texto do Projeto de Lei nº 259/08, a proposta de mudança do artigo 1º, parágrafo 2º, que contém o seguinte texto:

“Art. 1º...

§ 2º O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional do crédito, assim como exige para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer recurso ou ação interpostos para discussão dos mesmos, tendo a concessão caráter decisório.”

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 259/08

Fica modificado o artigo 1º do projeto de lei, passando o parágrafo 3º do artigo 1º da lei a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º...

§ 3º As multas aplicadas na forma dos incisos I, II, III, V, VI, VII e VIII do artigo 85 da Lei Complementar nº 113/05, imputadas às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, poderão ser objeto de parcelamento em conjunto ou isoladamente, junto ao Tribunal de Contas do Estado.”

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 259/08

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, tem por finalidade estabelecer possibilidade de parcelamento de débitos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, modificando pois a Lei Complementar nº 113/05.

Pois bem, em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ e foi encaminhado a esta Comissão, para que se proceda ao estudo sob o viés financeiro.

A proposta, vista sob aspecto financeiro, não trará gravames ao estado. Explica-se: o objeto do projeto é parcelamento, não desistência no recebimento. Parcelar significa dividir em parcelas. Ora, mas o que se divide será recebido, por lógica. Assim, o projeto pode elevar a arrecadação, na medida em que o parcelamento deve incentivar os devedores a fixar acordo com o Tribunal de Contas.

A conclusão que se chega é amparada inclusive pelas leis correlatas ao tema financeiro no estado, tais como a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Sendo assim nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 20/08/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sobre a mesa Requerimento nº 2265, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a votação em Bloco das Proposições nºs 022 e 051/07, veto aposto aos Projetos de Lei nºs 509/06 e 070/07, itens 08 e 09 constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Está em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o requerimento para votação dos vetos em bloco permaneçam como estão.
Aprovado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Pelo que tenho conhecimento, é anti-regimental votar vetos em bloco. Portanto, apelo ao Regimento da Casa para que sejam votados separadamente os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concordo com a questão de ordem de V. Exa. Apenas consultei a todos os Deputados, já que havia um requerimento solicitando. V. Exa. pode pedir destaque para o veto e podemos votar em separado.

Não vejo razão nenhuma que impeça que votemos os três itens separadamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Apelo a V. Exa. no sentido de que os três vetos tramem da mesma matéria. São vetos apostos por conta da

flagrante inconstitucionalidade dos projetos e que certamente esta Casa deverá manter os vetos, como são vetos que tratam da mesma matéria que encaminhamos para que sejam votados os três vetos e possamos abreviar esse processo de votação, em reconhecimento aos servidores das escolas estaduais que vieram acompanhar a votação do projeto, importantíssimo para sua carreira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Não posso aceitar demagogia. Temos um Regimento Interno desta Casa que é para ser cumprido. Por isso apelo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela questão de ordem de V. Exa. iremos votar o veto de autoria do Deputado Nereu Moura separadamente e os outros dois em conjunto.

Em votação o item nº 07.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 010/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 488/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Jesuítas do imóvel situado na área urbana do referido município. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 352/06.

Curitiba, 22/12/06.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 348/06, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 488/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado pela própria administração estadual e face inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da iniciativa, tendo em vista que, não tendo sido do Chefe do Poder Executivo, fere os artigos 66 e 87 da Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 488/06, encontra-se publicado no DA nº 109/06, de 09/10/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 010/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 488/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo reverter um imóvel específico ao município de Jesuítas.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, a sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o veto foi aposto dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 05/03/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

A votação será nominal.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Apenas para encaminhar e orientar a nossa base e também os demais Parlamentares, com o respeito que tenho pelo nobre Deputado Nereu Moura, pela manutenção do veto. Portanto, quem deverá votar, deverá votar SIM, pela manutenção do veto. Encaminho a nossa Bancada para votar com a expressão SIM, pela manutenção do veto. Com o devido respeito que tenho pelo Deputado Nereu Moura, esse tema poderá ser tratado diretamente por ele junto à Casa Civil e com o Governador, para que se possa receber uma mensagem do Governo e votar, esta Casa, como tem sido feito sempre, com o Governador. E temos solucionado todos aqueles temas em que há um relevante interesse público. Por isso, a nossa orientação é pela votação do SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, da mesma forma, eu até nem queria encaminhar, para agilizarmos a votação, mas gostaria de pedir o voto NÃO, para derrubar o veto, uma vez que é um imóvel que está sendo usado pelo município de Jesuítas e que mal algum faz ao Governo do Paraná fazer a doação deste imóvel ao município de Jesuítas.

Por isso, solicito aos Srs. Deputados para que o voto seja NÃO, derrubando o veto do Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) **(Para Encaminhar)**

Só pedir que os Deputados que votam com a Oposição, que vamos derrubar este veto e ajudar - como disse o Deputado Nereu Moura - a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que forem favoráveis ao veto, votam com a expressão SIM. Os Deputados contrários, votam com a expressão NÃO.

Vai-se proceder a apuração. Vinte e um Srs. Deputados votaram com a expressão NÃO e 16 com a expressão SIM. Está mantido o veto.

Por questão de economia processual e desde que não haja nenhum óbice, arranhamos o Regimento Interno e votamos em bloco os itens 08 e 09 da pauta.

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 022/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 509/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de imóvel urbano à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Guairacá. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNARIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC nº 370/06

Curitiba, 22/12/06.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 351/06, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 509/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado pela própria Administração Estadual e face inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da iniciativa, tendo em vista que, não tendo sido do Chefe do Poder Executivo, fere os artigos 66 e 87 da Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 509/06, encontra-se publicado no DA nº 118/06, de 30/10/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 022/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 506/06 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a proceder doação de imóvel urbano à APAE de Guairacá, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 05/03/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 051/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 070/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de São José dos Pinhais. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNARIO.

OF/CTL/CC nº 092/07.

Curitiba, 31/05/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 052/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 070/07, por julgá-lo contrário ao interesse público, não só porque o pretendido imóvel será utilizado pela própria Administração Estadual, como, também, pelo fato de estar gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, razões essas que tornam absolutamente impossível a efetivação da objetivada doação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 070/07, encontra-se publicado no DA nº 031/07, de 11/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 051/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 070/07, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo o Poder Executivo a proceder a doação de um imóvel ao município de São José dos Pinhais.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 26/06/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MAURO MORAES - Relator

Os Deputados favoráveis ao veto votam com a expressão SIM. Os contrários, com a expressão NÃO.

Vai se proceder a apuração. Trinta e oito Srs. Deputados presentes. Vinte e cinco com a expressão SIM, 12 com a expressão NÃO.

Estão mantidos os Vetos.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2228 a 2243, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2244, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2248, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2249, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2251 e 2252, de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2253, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2255 a 2258, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2259, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2262, de autoria do Deputado Alysson Wandscheer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2264, de autoria dos Deputados Alysson Wandscheer, Antonio Anibelli, Geraldo Cartário e Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2254, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Plauto Miró e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 359/08.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 307 e 340/08 e do Projeto de Resolução nº 012/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/08.
e do Projeto de Lei Complementar nº 359/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 091/06, 053, 080 e 120/07.

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 103 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA SUMÁRIO Mesa Executiva.....29 Presenças.....29 Abertura da Sessão29 Ordem do Dia:		Discussão/Votação 1ª Discussão 31 Encerramento da Sessão 32 Publicações: Comissão Executiva Atos 32 Diretoria Geral Portarias..... 34
--	--	--

DIÁRIO Nº 103

10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **16ª LEGISLATURA** **ATA DA 10ª SESSÃO** **EXTRAORDINÁRIA** **REALIZADA EM** **26 DE AGOSTO DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Luiz Nishimori e Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezesseis horas e trinta e seis minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysso Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho

Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Elton Welter, Geraldo Cartário, Luiz Fernandes Litro, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Reni Pereira (07).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Péricles de Mello (02).

E em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria do Deputado Jonas Guimarães.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente

(Assentimento)

Antes de entrarmos na Ordem do Dia para a votação, a pedido do professor José Lemos, Presidente da APP, gostaríamos de fazer um convite a todas as Sras. e Srs. Deputados, porque no dia 28 de agosto, às 19h a APP está inaugurando a Casa da APP. A Casa da APP foi inaugurada primeiro em 1959 e agora foi toda ela praticamente reconstruída e está sendo reinaugurada no dia 28 de agosto e o professor José Lemos pediu para que estendêssemos esse convite a todos os Deputados e Deputadas e à Presidência também. O local é na rua Desembargador Mota, 1331, próximo ao Shopping Curitiba.

Então, estão todos convidados para mais essa conquista dos professores da cidade de Curitiba e do estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, o PDT tem várias bandeiras, mas a principal é a Educação, sempre. Diante disso, a Bancada do PDT, composta pelos Deputados Augustinho Zucchi, Cartário, Edgar Bueno e este Deputado Luiz Carlos Martins, a Bancada vota a favor dessa gente que tanto merece, funcionários da Educação. Parabéns.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, conforme entendimento com V. Exa. quero comunicar a todos os membros da Comissão de Finanças que amanhã, às 13h30, estaremos fazendo uma reunião especial para que esse projeto que está sendo votado hoje em 1ª discussão, ou seja, o aspecto constitucional, ele possa ter amanhã, e já temos o Relator designado, e a certeza que amanhã o parecer da Comissão de Finanças, a qual presido, será favorável, estamos encaminhando também que votemos em 1ª discussão com parecer favorável.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queremos também, em nome da Bancada do PSDB nesta Casa, manifestar o nosso apoio ao Projeto nº 359, em nome dos Deputados: Chico Bühner, Accorsi, Miltinho Pupio, Nishimori, Rossoni e Deputado Litro. A Bancada vota com unanimidade em apoio aos professores no Plano de Cargos e Carreiras.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, tenho certeza que todos os Deputados aqui votarão favoráveis ao projeto para o plano dos professores. Então, pedir a compreensão dos Srs. Deputados para que votemos de uma vez e aproveemos esse projeto ajudando os nossos professores.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só para destacar o nosso apoio, do PR/PTB, e cumprimentar aqui uma pessoa que fez acontecer também, junto com a APP, esse plano que estamos votando hoje, que é o ex-Secretário Maurício Requião.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas para informar à Mesa que a Bancada do Partido Progressista, composta pelo Deputado Duílio Genari, Deputada Cida Borghetti, Deputado Belinati e este Deputado, faz o encaminhamento favorável ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do quadro dos funcionários, pela Educação, pelo jovem e pela criança.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Como Líder da Bancada do PPS também encaminho favoravelmente ao Plano de Cargos, Carreiras e vencimentos, em nome do Deputado Douglas Fabrício, Deputado Alysson e deste Deputado Marcelo Rangel. Votamos favorável.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não é novidade nenhuma a posição histórica do nosso partido favoravelmente à Educação, aos professores, tudo o que se fizer pelos professores, pela Educação, ainda é pouco. Portanto, nós, de maneira unânime, vamos votar, lógico favoravelmente a este projeto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero deixar registrado a posição do Partido Democratas, composto pelos Deputados Elio Rusch, nosso Presidente Nelson Justus, Durval Amaral, Osmar Bertoldi, a nossa pessoa, Deputado Plauto, favorável ao projeto.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Nós do PT também, obviamente, vamos votar favorável, mas o plano, fazer uma lembrança de que o Plano é de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos funcionários, porque dos professores nós votamos há algum tempo atrás, e todos os Deputados votaram por unanimidade e vão votar hoje por unanimidade também, e eu acredito que é justo, principalmente porque é uma luta histórica dos funcionários do estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não podia deixar de registrar e agradecer a compreensão dos Líderes, especialmente, dos Partidos de Oposição, que reconheceram a profunda discussão que houve entre o Governo Roberto Requião e a APP-Sindicato.

Esse projeto é fruto de uma ampla discussão. Esse projeto não receberá emendas e com isso poderemos ter a sanção, o mais breve possível, preferencialmente até o dia 29.

Não posso deixar de destacar aqui, hoje, a importância de ter lideranças como a do professor Lemos, da Marlei e do Valdivino. São merecedores do nosso respeito.

Fico muito feliz em ver esta casa hoje votando esse projeto, que era uma antiga reivindicação e está se realizando aqui hoje um sonho.

Muito obrigado a todos os Parlamentares, especialmente os da Oposição, que está apoiando este projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 359/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/08 que objetiva instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECECT. (Publ. no DA nº 097/08, de 19/08/08, em Mensagens).

Está aprovado por unanimidade o projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 359/08

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, que visa instituir o Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Em sua justificativa o autor sustenta que a: *qualidade na educação e valorização dos seus profissionais constituem um binômio cujo resultado é fator preponderante para o desenvolvimento humano, político, econômico e social.*

Reconhecer e valorizar os funcionários que atuam na educação básica significa inverter a lógica de desvalorização e invisibilidade desses que desempenham um trabalho importantíssimo no desenvolvimento educacional.

Esses trabalhadores se constituíram, enquanto segmento, juntamente com o desenvolvimento da educação brasileira, numa situação de subalternidade, tratados como apoio, auxiliares e, como avanço de políticas neoliberais, foram os mais afetados pelo processo de terceirização, privatização e baixos salários.

Diz, ainda, que a aprovação desta Plano de cargos, Carreiras e Vencimentos no quadro específico da educação significa definitivamente inverter a lógica da desvalorização, consolidando o ingresso por concurso público em carreira exclusiva da educação, atividade-fim do estado, garantindo a efetivação e implementação da formação profissional dentro da Área Profissional 21 - Serviços de Apoio Escolar.

Com a implantação deste Plano, haverá uma maior valorização da progressão da carreira, pela qualificação profissional dos trabalhadores e pela avaliação de desempenho dentro da atividade que exerce, resultando em inegável melhoria na qualidade da educação. Oferece estímulo a que o trabalhador se dedique durante toda a

carreira a melhoria do seu desempenho profissional, estímulo a formação e qualificação nas suas atividades.

Justifica-se o presente Plano pelo entendimento de que o desempenho das funções desses profissionais em nossas escolas é o de educar, diferentemente de trabalho prestado por funcionários em outras áreas do estado, que não exerçam a função educadora em seus locais de trabalho.

A implantação deste Plano de Carreira será todo custeado com recursos vinculados a educação e só foram possíveis devido a emenda constitucional que vincula 30% da receita líquida do estado à área de Educação. Sua implantação representa um custo de R\$ 2.761.949,64 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) de acréscimo na atual folha de pagamento dos trabalhadores em educação.

É o relatório.

II - da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos Constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando portanto presente o princípio da admissibilidade.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei complementar.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 359/08

P A R E C E R :

A mensagem do Poder Executivo visa instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná. Pretende o Poder Executivo promover a qualidade na educação e a valorização dos seus profissionais, acreditando nesse caminho para o desenvolvimento dos fatores humanos, político, econômico e social desses servidores.

Os funcionários da Educação Básica perseguem objetivo a longo tempo, e esses realmente é uma justa reivindicação da classe. O Quadro consolidará o ingresso dos servidores por Concurso Público em carreira exclusiva da educação, atividade-fim do estado, e oferece garantias de efetivação e implementação da formação profissional dentro da Área Profissional 21 - Serviços de Apoio Escolar.

A progressão da carreira, pela qualificação profissional dos trabalhadores e sua avaliação pelo desempenho exercido dentro da atividade que exerce levará inegavelmente à melhoria da qualidade da educação.

Considerando que a implantação do Plano em referência será custeado com recursos do vinculados à educação por força de emenda constitucional que vincula 30% da receita líquida do estado.

Considerando que a sua implantação representa um custo de R\$ 2.761.949,64 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil e novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) de acréscimos na atual folha de pagamento dos trabalhadores em educação.

E considerando que o impacto financeiro está constando dos recursos previstos em orçamento, somos de parecer favorável á sua aprovação nesta Comissão e pela continuação de aprovação pelo soberanos Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 27/08/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 359/08

P A R E C E R :

Trata-se da Mensagem nº 026/08, Projeto de Lei nº 359/08, de autoria do Governador do Estado, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

O projeto de lei em análise, tem como princípio a valorização e o reconhecimento do profissional da educação, evidenciando que a educação de qualidade depende da valorização do seu profissional.

O Plano terá como eixo duas matrizes fundamentais para a melhoria da educação em nosso estado, a qualificação profissional dos trabalhadores e pela avaliação de desempenho.

A Mensagem do Poder Executivo, trata também de uma decisão de vincular 30% da receita líquida do estado para à área da Educação.

Assim, somos de parecer favorável, opinando pela aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
TERUO KATO - Relator

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1046/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6356, datado de 14/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO, matrícula nº 40178, portadora do RG 6.678.949/PR e do CPF 610.380.919-34, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 17/03/83, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotada na Procuradora Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 17/03/02 e 17/03/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1054/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6612, datado de 21/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ANTONIO MARCOS PIZZANO, matrícula nº 40200, portador do RG 703.277-3/PR e do CPF 149.988.669-15, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 04/04/81, ocupante do cargo de Almoxarife, nível NTC-04, lotado na Coordenadoria de Almoxarifado, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1055/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6776, datado de 28/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a GISELLE GUERIOS, matrícula nº 40858, portadora do RG 1.771.332-9/PR e do CPF 438.222.589-20, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/12/87, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Diretoria Legislativa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1056/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6775, datado de 28/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a VANDERLEI NORBERTO REBELO, matrícula nº 100, portador do RG 1.771.881-9/PR e do CPF 319.621.229-72, funcionário estatutário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 17/07/84, ocupante do cargo de Jornalista, nível NUE-05, lotado no Departamento de Divulgação da Casa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 18/07/99 e 18/07/04. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1057/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6335, datado de 10/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto de Imposto de Renda Retido na Fonte dos proventos de inatividade de LOECY TEREZINHA WOSNE, matrícula 40559, funcionária aposentada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, conforme Laudo Médico de nº 043/08, expedido por Junta Médica desta Casa, nos termos do artigo 39 e inciso XXXIII do Decreto Federal nº 3000/99 do parágrafo 1º, do artigo 30, da Lei Federal nº 9250/95 e artigo 5º da Instrução Normativa nº 015/01, da Secretaria da Receita Federal.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1058/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 355, datado de 25/01/08 e 3209, datado de 25/04/06,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a partir de 23/03/06, a IGO IWANT LOSSO, matrícula nº 40103, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-06, lotado na Diretoria Geral, nos termos do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 020/98, combinado com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 042/03, sendo os proventos calculados de modo integral, com consideração da totalidade da remuneração do cargo efetivo acrescidos de 05 adicionais, conforme assegura o artigo 170, da Lei Estadual nº 6174/70 e 05 adicionais nos termos do artigo 171 e parágrafos, da mesma Lei Estadual nº 6174/70, e reajustados com paridade, cuja correção ocorrerá nos mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargos, resultando em proventos de aposentadoria conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1059/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7267, datado de 13/08/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover AIRTON CESAR SANTIN, para exercer cargo em comissão, DAS-5, de Subcoordenador da Coordenadoria da Taquigrafia, a partir de 01/08/08.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/08/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portarias****PORTARIA Nº 0204/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6771, datado de 28/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar *ex-officio*, para todos os efeitos legais, em favor de JESILDA DE OLIVEIRA E SILVA, matrícula nº 40326, portadora do RG 2.200.372-0/PR e do CPF 394.231.409-63, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, lotada no Setor da Portaria, 06 meses relativo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 23/12/97 e 23/12/02, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70; e

Mandar contar, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, o tempo total de 07 anos, 01 mês e 19 dias de contribuição ao INSS, conforme Certidão de Tempo de Contribuição em anexo, relativo aos períodos de 07/01/77 a 25/08/81 (04 anos, 07 meses e 19 dias) trabalhados na Orbram - Organização e Brambilla Ltda, e de 01/09/81 a 29/02/84 (02 anos e 06 meses), em que trabalhou na Nacional Limpeza e Conservação SC Ltda, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18/08/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0206/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:.

Agosto/2008			
40092	DELMINDA AP. HENRIQUE WATANABE	40799	HENRIQUE ANTONIO CREDIDIO
40159	URSULA FLORINDA KUSTER	40870	DANIELA ELISA BONKOSKI
40287	ROSANGELA MARIA VARGAS KUENZER	40874	NEIFI FAYAK ABDALLAH
40471	JOYNE MERY SCHUHLI	40923	CLEMAIR MARQUES
40485	ELIANE MARIA DE ASSIS CORREA	40933	MARCOS ANTONIO DE SOUZA
40490	GIANCARLO RICETTI CLETO	41013	TEREZINHA ALVES
40614	EVERLEI TEREZINHA CLETO	41040	JACINTA ELISA KROETZ SCHMIDT
40697	IDILIA DEBORA GINESTE		

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/08/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0207/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:.

Agosto/2008	
117	DEONILSON ROLDO

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/08/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral